



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a nossa reunião, eu gostaria de colocar em discussão e votação a ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, bem como ao Requerimento nº 34, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz e da Senadora Ana Amélia, que requerem, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para debater o novo seguro agrícola do País, com a presença dos seguintes convidados...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Peço uma gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente. Votamos, na semana passada o Projeto de Lei nº 330, PLS, de autoria da Senadora Ana Amélia, e nós precisaríamos votá-lo em turno suplementar.

Se for possível, solicito nós anteciparmos, invertermos a pauta, aproveitando que a Senadora Ana Amélia está presente, para debatermos. É rápido, nós não precisamos de quórum qualificado, é formalidade regimental. Se nós pudermos fazer essa inversão, passaremos para frente esse tema, que é muito importante, daqui ele vai para a Câmara, e daremos por encerrado esse assunto aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me a interferência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Acatada a sugestão de V. Ex^a, eu suspendo a 20ª Reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos e suspensa às 8 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 8 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Retornamos à reunião para tratarmos, exatamente, da nossa audiência pública.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa os nossos convidados, começando pelo ex-Ministro Alysson Paolinelli, Presidente da



Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Sr. Antonio Licio, consultor da Associação Brasileira dos Produtores de Milho; Sr. Cesario Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; Sr. José Aroldo Gallassini, Presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa; Sr. Gláucio Nogueira Toyama, Diretor técnico de Seguros Rurais e Habitacionais do Grupo Segurador Banco do Brasil, e a Srª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *(Pausa.)*

Gostaríamos de informar aos nossos convidados e palestrantes, tendo em vista o número de seis representantes de diversos órgãos, que estabeleceremos dez minutos para cada expositor, logicamente, se necessário, com alguma prorrogação. Logo após, abriremos o debate com as Srªs e os Srs. Senadores.

Inicialmente, concedo a palavra, como autor do requerimento, a S. Exª o Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento os convidados, dizendo da nossa alegria de poder recebê-los, nesta manhã, na Comissão de Agricultura.

Não vou me alongar, Sr. Presidente, para que possamos ter a oportunidade de ouvir os nossos convidados, mas é importante registrar a importância de termos uma nova configuração para o seguro agrícola. Tão logo soubemos que isso vinha sendo preparado por diversos setores ligados ao agronegócio e devido à relevância do tema, entendi que, antes mesmo que essa proposta fosse apresentada ao Governo Federal, era importante que fosse apresentada aos membros da Comissão de Agricultura. Foi com esse objetivo que apresentamos essa solicitação de audiência pública.

Agradeço aos membros da Comissão por a terem aprovado, a V. Exª por ter convocado esta audiência pública e, de forma especial, aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, também autor do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, saúdo os nossos convidados. Sejam todos bem-vindos. Nosso sempre Ministro Alysson Paolinelli, sempre nos dando a honra da sua presença e também trazendo a sua experiência para que possamos apurar melhor a questão dos nossos agricultores brasileiros.

O seguro rural é, atualmente, um dos importantes instrumentos agrícolas, ajuda a promover o desenvolvimento do setor e deve ser o instrumento que dá garantia de renda ao produtor rural. A proposta da audiência pública, atendendo ao requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, é discutir um novo seguro rural para o Brasil, onde ouviremos os nobres convidados.

Porém, temos um problema imediato para resolver: é a questão de por que a liberação dos R\$700 milhões para subvenção do seguro rural,



anunciados pelo Governo Federal em junho deste ano, como uma das medidas do Plano Safra 2013/2014, não aconteceu ainda. Não houve a liberação desses R\$700 milhões, não é, Ministro? E o anúncio foi muito bacana – eu falava, há pouco, na TV Senado –, o anúncio foi com toda a pompa, mas a verba não chegou ainda aonde deveria chegar, que é até os nossos agricultores.

Esse apoio do Governo para o seguro rural é fundamental para os produtores, pois, sem ele e, diante da diversidade dos riscos envolvidos na agricultura, como pragas, catástrofes naturais, seria praticamente inviável a contratação do seguro pelos agricultores. Portanto, essa demora do Governo em iniciar a liberação dos recursos para o seguro rural está deixando os agricultores preocupados, pois, ao contratar o seguro rural, ele pode recuperar boa parte do capital investido em sua lavoura, evitando perdas e as indesejáveis renegociações das dívidas rurais que acontecem nesses casos todos. Ficamos com a dívida, e a dívida tem que ser negociada.

Espero que o Governo dê uma resposta satisfatória para esse atraso, bem como que possamos avançar no sentido de estender as coberturas para todas as culturas, além de garantir aos produtores o recebimento de uma renda, nos casos de ocorrência de desastres climáticos ou de queda de preço dos produtos cultivados. Lembro que temos apenas 7%, aproximadamente, da nossa agricultura assegurada no Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, que chegam a setenta e poucos, quase oitenta, noventa por cento; noventa por cento da agricultura assegurada. E, no Brasil, que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo – quer ser o maior produtor de alimentos do mundo –, temos apenas 7% das nossas agriculturas ou das nossas culturas asseguradas.

Precisamos avançar, alguma coisa está errada, e está errada no sistema, senão teríamos praticamente 90%, quase 100%, da nossa agricultura assegurada. E é exatamente nesse sentido que vamos debater e discutir esse assunto hoje.

Meus cumprimentos ao Presidente, ao Rodrigo Rollemberg – nosso colega –, e aos nossos convidados que estão aqui para nos auxiliar, nos ajudar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, também como autora do requerimento, para suas considerações preliminares.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Queria apenas falar sobre a atualidade, a oportunidade, e diria até a urgência de discutir essa matéria.

Agradeço ao nosso Ministro, Alysson Paolinelli, porque nos ajudou a provocar o Senado a essa discussão. Penso que precisamos urgentemente... Hoje temos um seguro de crédito que também não foi atualizado ao longo do tempo, que ajuda muito os bancos, mas não ajuda o agricultor numa hora de perda. Então, os mecanismos dessa proteção de um seguro de renda não foram adotados em nosso País. Com essa discussão, iniciada aqui no Senado, na



Comissão própria, que é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, daremos um passo, com a iniciativa dos Senadores e do Senador Rodrigo Rollemberg, para desatar esse nó que emperra, surpreendentemente, um país que, apesar de todas essas mazelas que vivemos de infraestrutura, de logística, tudo muito caro, tudo muito burocratizado, é um país com essa presença, cujo superávit comercial é sustentado exatamente pelo campo.

Temos até que dar uma resposta em homenagem a quem está carregando nas costas o nosso País em relação ao superávit comercial. Então, parabéns a todos os Senadores envolvidos! Especialmente, queria fazer uma referência ao nosso Ministro Alysson Paolinelli por ter nos instigado a iniciar esse debate aqui na Casa.

Obrigada, Presidente Benedito de Lira.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pela ordem, com a palavra, Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer as indagações posteriormente, mas preferi fazê-las agora, para deixar consignada a oportunidade aos ilustres debatedores, para que respondam, no curso das suas palavras, as indagações que desejo fazer.

Permita-me, Sr. Presidente, que leia rapidamente as questões.

Como representante de Mato Grosso do Sul, Estado que apresenta uma importante participação na produção agropecuária brasileira, defendo o campo produtivo e eficiente, por isso o fortalecimento dos mecanismos de apoio à produção rural estarem entre as maiores preocupações às quais tenho dedicado o mandato parlamentar a mim confiado.

Feito esse breve preâmbulo, gostaria de ouvir dos expositores quais as reais perspectivas de termos, nos próximos anos, um seguro rural de abrangência nacional e que não se limite à cobertura de créditos bancários, mas que seja um instrumento real de proteção do empreendimento rural e de garantia de sua continuidade, independentemente do porte do produtor – independentemente do porte do produtor.

Em segundo lugar, senhores debatedores, sendo o produtor rural naturalmente identificado com a necessidade da superação dos gargalos da produção agropecuária, observei, na edição da Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, um dos marcos mais importantes sobre o tema em discussão, ao lado da Lei Complementar 127, de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural. Nesse sentido, solicito dos palestrantes uma avaliação técnica dos instrumentos normativos a que me refiro, apontando seus pontos fracos, merecedores, portanto, da atenção e do empenho legislativos.



Outra: quando defendemos o campo eficiente e produtivo, não podemos nos esquecer das regiões mais carentes, tais como as áreas semiáridas na discussão de um novo seguro rural. Assim, apreciaria que nossos convidados avaliassem, no âmbito do Pronaf (Programa de Garantia à Safra), a possibilidade de integrar seu público-alvo aos novos instrumentos propostos.

Finalmente, gostaria, ainda, que nossos convidados compartilhassem conosco suas ponderações sobre a necessidade para um novo modelo de seguro rural de medidas e instrumentos voltados ao acompanhamento tempestivo e sistemático aos programas de subvenção, ao estabelecimento da obrigatoriedade do seguro agrícola nas operações de crédito, a criação de benefícios aos produtores rurais que adotarem boas práticas agrícolas, além da instituição de um fundo de reparação às seguradoras e, pragmaticamente, como viabilizá-lo. Que papéis devem ser reservados a Estados e Municípios em um modelo eficaz do seguro rural?

São essas, Sr. Presidente, as minhas indagações.

Minha saudação respeitosa...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – ... V. Exª e suas manifestações.

Gostaria de comunicar ao nobre Senador que seria interessante que V. Exª repetisse, após a apresentação dos palestrantes, as suas indagações, porque elas normalmente seriam objeto para depois da conclusão das apresentações de nossos convidados.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Atenderei a sua recomendação, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, não quero atrapalhar o andamento da Comissão, mas tenho um compromisso na Embaixada da Austrália, porque sou do Grupo Parlamentar Brasil-Austrália, e, hoje, estará aí a seleção da Austrália, às 10h30. Acredito que não vou conseguir ficar até o final, não vou fazer questionamentos, mas queria cumprimentar o Sr. José Aroldo Gallassini, que é o Presidente da Coamo, uma das mais importantes cooperativas do Brasil e a mais importante do Estado do Paraná, saudá-lo e dizer a V. Sª que seja bem-vindo ao Senado Federal, e esta Mesa toda repleta de pessoas que conhecem muito bem e que fazem a agricultura do Brasil.

Obrigado. Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Concedo a palavra ao Sr. Allyson Paolinelli, ex-Ministro, para as suas manifestações.

O SR. ALLYSON PAOLINELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senado, especialmente aos Senadores signatários desse requerimento, a oportunidade de estar aqui e, sobretudo, ter a chance de discutir um dos problemas que, hoje, mais pesam no processo agrícola brasileiro: a falta de um seguro rural eficiente.

Disponho-me a fazer essa apresentação, Sr. Presidente, na certeza de que estou no lugar certo. O Senado Federal, naturalmente, está vendo os resultados que a agricultura brasileira – e a Senadora Ana Amélia deixou isso bastante claro em seu pronunciamento – tem trazido à Nação, especialmente a roleta russa por que passa o produtor brasileiro, nesse momento, de políticas econômicas, de problemas de intempéries, de problemas de mercado e, sobretudo, de falta de infraestrutura para carrear a sua produção.

Eu creio que um dos pontos mais sensíveis que o Brasil tem hoje é a indefinição de uma política agrícola que seja permanente.

O Brasil conseguiu, especialmente naquele período em que houve uma mudança profunda do processo produtivo brasileiro, as décadas de 60, de 70 e de 80, demonstrar que as políticas públicas são fundamentais também em países subdesenvolvidos. E foram exatamente alguns instrumentos que eram de uso habitual do produtor que provocaram essa mudança que estamos vivendo hoje.

Eu cito como de grande valia o crédito rural. O crédito rural foi uma das principais armas, um dos principais instrumentos que levaram o produtor rural a provocar mudanças no processo produtivo. E ele teve que realizar mudanças sim.

A agricultura que se desenvolveu no mundo era de clima temperado, bem diferente das nossas condições. E aqui, para se produzir competitivamente, teriam de ter esses produtores a certeza de que, sem profundas modificações nos seus hábitos, nas suas condições de produção, eles não seriam competitivos.

Creio que a ciência e a tecnologia, especialmente após a fundação da Embrapa, deixaram bem claro que a região tropical do globo também é viável à produção agrícola. E até mais do que isso. Essa agricultura tropical hoje está dando ao mundo uma demonstração de que ela tem vocação de produzir alimentos e energia renovável sem destruição dos seus biomas.

Eu diria que o Brasil está demonstrando ao mundo aquilo que dele não se esperava. Houve uma promoção injusta com o povo brasileiro, alegações, nos grandes centros de mercado, de que a agricultura brasileira estava crescendo à custa da destruição dos seus recursos naturais. Clara mentira, clara mentira! Não sou eu quem está dizendo. Foi o Prêmio Nobel Dr. Norman Borlaug quem primeiro afirmou isso. Numa expressão muito clara, ele disse: “Eu me orgulho de



ter sido o gestor de uma equipe que conquistou o único Prêmio Nobel da Paz para o setor de alimentos, mas me preocupo” – e isso no ano 2000 – “porque conheço a agricultura no mundo inteiro e sei que ela se desenvolve em áreas de terras riquíssimas, que foram limpas, desmatadas de suas vegetações naturais e estão sucessivamente sendo cultivadas e degradadas. E até onde o mundo suportará isso?” E ele mesmo responde: “Não tinha tranquilidade com o meu travesseiro, até que conheci no Brasil o desenvolvimento de uma agricultura tropical numa região chamada Cerrado.” No Cerrado, esse processo foi o inverso: o agricultor brasileiro pegou o que havia de mais degradado em termos de bioma no mundo, é o Cerrado brasileiro, são as savanas e os estepes – savanas da África e estepes na Ásia –, que são terras degradadas e que o produtor brasileiro conseguiu transformar nas mais produtivas e competitivas do globo, graças à evolução que ele teve no manejo deste bioma. O Cerrado trabalhado no Brasil hoje é uma das melhores regiões produtoras do globo, e não mais a mais degradada área que se tinha.

Eu estou dizendo isso para mostrar a importância que o Brasil tem no momento de hoje. E a expectativa mundial que se faz sobre a produção brasileira tem razões óbvias. O mundo está crescendo. Cresce em duas direções: uma, as populações – estima-se que, antes de 2050, nós já seremos mais de nove bilhões de pessoas –, e, por outro lado, cresce a renda no chamado mundo super-habitado – a China; a Índia; Paquistão; África, com um bilhão de pessoas, está com o crescimento acima do crescimento dos países desenvolvidos.

Esta conjugação número de pessoas e renda vai pressionar, sem dúvida, a demanda de alimentos no mundo nesses próximos anos. Esses próximos 20 anos são importantíssimos para a definição do que se vai ter na terra, e todos concordam que esta agricultura tropical do Brasil conquistou tem fundamental importância para que o mundo não venha a passar fome e possa ser, também, suprido de energia renovável que este mundo ainda não tem economicamente.

É por isso que eu chamo a atenção: esta agricultura cresceu neste período graças a uma estabilidade de política pública, ao crédito, à pesquisa, à extensão rural, à infraestrutura e à capacidade do produtor brasileiro de se adaptar a essas novas condições.

Eu diria: qual a causa do enfraquecimento destes instrumentos de política pública? Eu não tenho dúvida, qualquer economista que estuda isso vai ver claramente: os sete planos econômicos vividos pelo Brasil a partir da década 80 foram fatais ao exercício da política pública no Brasil. E nestes sete planos econômicos que penalizaram classes específicas, em todos eles, sem exceção, quem pagou o custo dos planos econômicos foi a classe trabalhadora assalariada e a classe produtora desorganizada, que não tinha condições de botar preços nos seus produtos. E os senhores sabem que os planos econômicos no Brasil eram verdadeiras violências econômicas, um cadinho de mistérios que se fabricavam



aqui em Brasília, alterando todo um processo econômico, cada um substituindo o outro – são sete –, mais violentamente, o que, praticamente, desorganizou o processo produtivo, inclusive o rural.

Por que o rural sobreviveu? Por uma razão muito simples: um dos instrumentos, a chamada busca do conhecimento, ciência e tecnologia, conseguiu suplantar as deficiências do processo produtivo anterior, e especialmente o crescimento da produtividade anulou, em parte, as penalizações desses sete planos econômicos.

Citaria como exemplo: entre o ano de 1980 e o ano 2000 – aí estão as estatísticas a nos informar –, o preço real dos produtos agrícolas caiu de 100, se tomarmos como base 100 em 1980, para 30 em 2000. Ou seja, a agricultura perdeu 70% no valor do seu produto, transferindo-o à população consumidora.

O inverso aconteceu. Na década de 70, a família rural brasileira gastava de sua renda – não estou falando de salário mínimo, mas de renda familiar – de 42% a 48% em alimentação. Hoje, essa mesma família está gastando de 14% a 20%.

Na realidade, a agricultura não está exercendo no País só o acúmulo de riquezas. Fundamentalmente está ofertando ao consumidor de pequena renda a solução que ele tem: é poder se alimentar com uma pequena parcela da sua renda familiar.

Só para os senhores avaliarem, Srs. Senadores, hoje temos um quadro desse no mundo.

(Soa a campanha.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Bangladesh consome cerca de 50% de sua renda familiar em alimentação, naturalmente não sobrando recursos para vestuário, transporte, saúde, educação, moradia.

Passamos por essa fase numa velocidade espantosa, em menos de 30 anos, e a agricultura rendeu ao povo brasileiro aquilo que dela nem se esperava.

Eu gostaria, ao afirmar isso, de mostrar aos senhores que, desses US\$100 bilhões que a agricultura traz ao País do mercado internacional, estão mais ou menos 85% livres. Existem outras exportações que trazem recursos. Na aviação, por exemplo, a nossa fabricação de aviões hoje é invejável, mas nós importamos acima de 80% do avião que exportamos. Então, o lucro líquido é pequeno para o País; o agrícola é inverso.

Não fora uma falta de planejamento, especialmente na produção de insumos, e o Brasil estaria tendo lucro líquido muito maior. Portanto, nós não entendemos por qual razão os estrategistas da economia mantêm a agricultura sem os instrumentos de política agrícola.

O crédito rural caiu demais. Se ele não caiu tanto em volume de recursos equivalentes, está caindo em qualidade. Hoje não temos mais o crédito rural comandado pelo setor agrícola, pela exiguidade de recursos, ele funciona



muito mais na base de exigibilidades bancárias, e poucos são os recursos transferidos. Portanto, são comandados pelo sistema financeiro.

Vejam os senhores: o sistema financeiro tem também uma função como tem a agricultura, que é a de coletar, emprestar dinheiro e ter ganhos, lucros. A primeira regra que há dentro de uma instituição financeira é fugir do risco, e, ao se fugir do risco, foge-se exatamente da atividade agrícola e do principal produtor, que é o pequeno, que não tem garantias reais para oferecer. O crédito rural no Brasil precisa ser revisto urgentemente. Esse crédito, não tendo o seguro, provoca distorções. Os próprios bancos, vendo que o cliente não tem um cadastro suficiente para lhe dar a tranquilidade de uma operação segura, reduzem muito o número de clientes que não têm o cadastro adequado. Estão elitistas.

O seguro de crédito que se montou tentou corrigir isso, mas, infelizmente, funcionou muito pouco tempo como seguro de crédito – o Proagro. O Proagro foi montado em 1974 por quem lhes fala, na tentativa de atender às seguradoras brasileiras que não tinham informações para os seus cálculos atuariais. Hoje, no mundo, não existe nenhum milagre na área de seguro, é um cálculo atuarial do custo do risco, coisa simples, que qualquer equipe econômica pode fazer. Essa é, sem dúvida, a pedra fundamental para se processar o crédito rural. Se você tem um grupo competente para montar uma avaliação de risco e estabelecer ali os custos reais desse risco, você está matando a charada. Esses custos variam naturalmente em função da atividade que se exerce, da competência de quem a faz, das áreas onde se trabalha, das variações de mercado e das intempéries climáticas. São cinco fatores que influenciam muito no custo do seguro.

O seguro pode ser exercido pelo Governo sim. Não há problema nenhum. O americano deu demonstração por vários anos em seguida de que é possível. Só que nós sabemos que o americano tem a chave de uma das mais fortes caixas do mundo e a exerceu para manter o seguro rural por muito tempo, estabelecendo quase um seguro oficial, em que os órgãos oficiais dirigiram o seguro. Aqui, no Brasil, posso informar aos senhores que o Governo tem dado demonstração de que não é competente para isso, razão pela qual a emenda que está na Constituição – de minha autoria, pois fui Constituinte – exigindo que se implantasse o seguro rural pela iniciativa privada, na certeza de que iríamos ter um seguro real.

Esses sete planos econômicos a que me referi aqui levaram a agricultura brasileira a ser exercida com competência, Senador, razão pela qual o Brasil se destaca hoje como um país que paga para produzir. Todos os grandes países hoje subsidiam seus produtores. Nós aqui pagamos. O juro que se tem no crédito rural, como demonstrei, a cada dia, está mais escasso, mais elitista e menos eficiente.

Em segundo lugar, a tributação. O Dr. Antonio Licio, aqui presente, há cerca de 18 anos, num convênio com o Banco Mundial, juntou um grupo de



economistas e fez um estudo da chamada tributação indireta no setor agrícola. Pasmem, Srs. Senadores! O Brasil, naquela época, tributava 25% no produto *in natura*, com variações. O arroz do Rio Grande do Sul chegava a 31%, porque o arroz tem uma intermediação do maquinista e ali se pagavam também os custos industriais. Isso é um absurdo! Quando nós demonstrávamos isso lá fora, ninguém acreditava: “Mas não é possível.” Era possível, sim. Estava demonstrado.

Houve até um fato muito interessante: o grupo da Abia, do Edmundo Klotz viu esse trabalho, gostou muito, perguntou o que ele devia fazer. Eu falei: “Contrate a melhor consultoria que você tiver e faça o trabalho.” Ele fez. E, naquela época, só para os senhores terem ideia, o produto semielaborado do setor agrícola pagava 32,5%.

Vocês vão perguntar se isso mudou muito hoje. É praticamente a mesma coisa. O semi-industrial foi para 37%. Quer dizer, o agricultor brasileiro paga para produzir. Os seus custos de serviço são incomparáveis. Se vocês tomarem hoje o que se passa no transporte de uma tonelada de milho ou de soja do Corn Belt americano até o Golfo do México, vocês vão ver que chega a três vezes menos que o custo brasileiro. Não dá para comparar.

(Soa a campanha.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Já que a agricultura brasileira não tem garantias de uma política pública permanente e efetiva, nós temos de buscar, junto ao produtor, à cooperativa, à iniciativa privada, formas de nos arregimentarmos, porque eu quero fazer uma confissão aos senhores. A proposta que estamos fazendo de seguro rural não é nossa. Ela já vinha sendo discutida por todas as instituições de maneira muito eficiente, junto com todos os segmentos...

(Soa a campanha.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – ... e os elos da classe produtora direta e indireta. E todos eles estavam de acordo que precisariam se somar para obter aquilo que não tinham, que era o seguro rural funcionando no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Vou, então, tentar ser mais breve.

O que nós fizemos foi pegar o trabalho que já vinha sendo elaborado por essas instituições, usando um pouco da credibilidade que adquirimos, e conversamos abertamente com todos os segmentos que mantêm essa agricultura ativa: o produtor, através de suas instituições que já estavam trabalhando aqui; a área bancária; a área industrial, na área de fertilizantes, defensivos, sementes, máquinas agrícolas. Conversamos com os transportadores, os armazenadores, os exportadores, os comerciantes e as indústrias de produtos agrícolas. E todos eles consideraram interessante isto: que o seguro agrícola no Brasil era a principal atividade que o setor deseja.

Em função disso, nós avançamos. Procuramos o Governo, que colocou à nossa disposição alguns dos seus elementos, e fomos a cada uma



dessas instituições, obtendo delas a certeza de que estão dispostas a participar de um processo de seguro pluriparticipativo, do qual participa o produtor, o Governo, dentro da legislação que já existe, as indústrias, os bancos e as seguradoras.

O que se está propondo não é nenhuma fórmula mágica ou nova. O que se está propondo é uma integração para se conseguir fazer aquilo que é fundamental no exercício da garantia de risco, no mundo inteiro:

1. que o número maior de interessados participe – é a universalização do seguro; e a fórmula que está sendo proposta é bem genial;

2. que se tenha – ouçam bem – a garantia de que cada parte coloque, na época certa, o recurso que lhe cabe – é o caso do requerimento que o Senador acabou de fazer, dizendo que o Governo prometeu no ano passado, prometeu neste ano, e o recurso não aparece. É evidente que, dessa forma, nós não vamos ter seguro, porque isso faz exatamente a ineficiência e a elevação do custo. Não é culpa do banco ou da seguradora: é culpa de quem falhou! Se um produtor pagou, se a seguradora garantiu, a garantia precisa de ter, efetivamente, o chamado seguro de catástrofe.

Ora, no mundo inteiro existem catástrofes. Os senhores no Congresso Nacional aprovaram a lei do Fundo de Catástrofe. Só que ela não está sendo exercida. Não está sendo exercida porque ficou só na mão do Governo. E ela é clara: ela precisa ter a participação de todos.

A experiência vivida pela Espanha foi muito interessante. A Espanha tem um fundo de catástrofe gerado pelas próprias seguradoras, equitativamente com o Governo – eu fui lá e estudei isso. Ao fim do ano, as 12 seguradoras – uma é do governo –, as 11 seguradoras fazem os balanços na área de seguro rural, e 15% do lucro é depositado na conta do seguro catástrofe, garantia fundamental. Esses 15% terão de ser rebatidos por igual valor pelo Governo. Com isso, o fundo de catástrofe vem crescendo a ponto... E aí venho eu: seguro, no Brasil, como no mundo inteiro, se é de vida, as seguradoras carregam até 100%; se é de automóvel, carregam 80%, 90%; se é agrícola, só carregam 10%. Para o mundo inteiro, foi assim. No Brasil, não há novidade nenhuma.

O que se está propondo? Ao se ter uma renda maior do que o Governo tenha acenado, para a garantia do pagamento do prêmio, nós vamos ter também um volume razoável num fundo de catástrofe para garantir as resseguradoras, porque são elas que prefixam, efetivamente, o custo do risco. Se ela tem o fundo de catástrofe, a taxa de risco cai vertiginosamente. Se não tem, ao contrário, sobe vertiginosamente, porque já se sabe que será preciso arcar com o custo de uma catástrofe com seus próprios recursos.

Não existe nada de novo até aí. É exatamente o que se processa no mundo. Então, a nossa preocupação é que não testemos mais o Governo. A notícia que tenho para os senhores foi tirada do que se passou no ano de 2012. Não é boa. Aqueles quase R\$150 milhões que o Governo efetivamente colocou –



ele havia prometido mais, a Senadora sabe disso – só deram para cobrir 2,4% da área agrícola do Brasil. Será que é esse o seguro que nós queremos?

E vou garantir aos senhores, o Senador está preocupado, o Governo não pôs nada: se ele botasse hoje os R\$700 milhões, isso não vai dar para cobrir 15% da área. Isso, Sr. Senador, não resolve o problema brasileiro. O que resolve o problema brasileiro é o Governo se imbuir da ideia de que, no seguro, ele tem que ser um dos agentes e participar com a iniciativa privada, nosso produtor rural, as nossas indústrias, os nossos bancos, as nossas seguradoras, e, dali, tirar os recursos necessários.

Nos primeiros exercícios que fizemos, Sr. Senador, é espantoso. Para este ano, nós teríamos condições de não usar R\$700 milhões, Senador, e, sim, R\$3,2 bilhões, com a oferta de uma suposta regra que é possível ser implantada no Brasil.

O que nós estamos propondo – e vou deixar com V. Ex^a, Sr. Presidente – é apenas um roteiro, porque creio que não cabe nem a mim, mas ao próprio Governo, que deve saber, a negociação disso.

Houve evoluções. O trabalho que a Senadora Kátia Abreu fez em relação à busca de novos recursos foi excelente. O próprio Ministro da Agricultura manifestou isso por várias vezes, que ele estava sentindo a disposição do Governo em colocar mais dinheiro. Eu, infelizmente, vou ter que dizer aos senhores: esse mais dinheiro não vai significar nada para se resolver o seguro rural, se ficar o Governo sozinho fazendo o que fez o ano passado e já está fazendo hoje.

Eu chamo a atenção dos senhores. Os senhores vão ouvir que eu não estou propondo aqui nenhuma fórmula milagrosa. Este homem que está aqui já está realizando na sua cooperativa um sistema próximo em que apenas a gestão ele é quem faz, e o faz bem feito. Eu já fiz, numa de minhas lavouras, o seguro, vou pagar 8,3% na lavoura de sorgo. Uma lavoura de sorgo, nesse sistema que estou dizendo, é capaz de não custar 1,5%, e vou pagar 8,3%. Provavelmente vai estar aí dentro, se o Governo depositar, os 700 milhões vão me ajudar como parte disso.

Não é isso que nós precisamos no Brasil. Isso está sendo jogado fora. Não pensem que são as seguradoras que estão com goelas excessivamente grandes. É o contingenciamento de uma falta de gestão que está levando o seguro rural no Brasil a ter essa distorção. Será o mais caro do mundo, o mais ineficiente.

Esta proposta aqui é exatamente fazer-se o seguro rural num sistema quadripartite. Os dois grandes interessados, o produtor rural e a seguradora, fazem parte da administração; do outro lado, o Governo e todos os segmentos, indústria, banco, etc., formando uma gestão quadripartite. E eles sim, terão seus profissionais, suas diligências, seus assessores, para se fazer um real seguro no Brasil, num custo que não vai transferir dinheiro de governo a



seguradoras ou a quem quer que seja, onde não existirá a fraude do seguro e muito menos ineficiência no sistema. Ela é perfeitamente possível, Sr. Senador.

Não serei eu que farei isso. Eu estou apenas usando a força e o prestígio que me deram as associações, como a nossa CNA, a Abramilho, que eu tenho ajudado e que trabalhou também nisso, e as instituições com as quais eu consultei e vi que isso era possível.

Se o Senado tem interesse, a legislação a mudar é muito pouca, praticamente nenhuma. Ela já existe. A atual lei de seguro rural permite isso. A atual lei de Fundo de Catástrofe permite isso. Falta apenas uma decisão política. E essa decisão política, eu sei o quanto o Senado pode exercer. O Senado, com os seus Senadores, as instituições, através dos seus presidentes, como aqui está a nossa querida Senadora Kátia Abreu, terão condição de exigir.

Não existe nada de novo. Aqui, o que está se propondo é uma racionalidade, apenas isso, para que o Brasil desenvolva o que há de – e eu estou estudando, continuo estudando isso – mais moderno, mais racional, sutil, em termos de seguro, no mundo. Esta agricultura brasileira teria mais um exemplo ao mundo, através de um instrumento que hoje é fundamental.

O americano teve, no ano passado, uma das mais violentas secas. Nós fomos lá. O agricultor estava chateado porque não produziu, mas absolutamente tranquilo, porque o seguro de renda o garantia.

Aqui está proposto, inclusive, Senadora, o seguro de custeio e de renda. Ele é perfeitamente viável dentro desse sistema. O Brasil sonha com esse seguro de renda. Nunca será feito no molde atual. Neste aqui, já pode sair com ele.

Muito obrigado. Estou às ordens.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

Antes, eu queria agradecer e cumprimentar o nosso Ministro Alysson Paolinelli pela sua brilhante apresentação e demonstração da importância da agricultura no Brasil para o mundo e a importância também do nosso seguro para a agricultura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria fazer uma sugestão, com a aquiescência eventual dos nossos colegas Senadores, especialmente do Senador Rodrigo Rollemberg, que foi proponente desta audiência pública.

Como o Ministro Paolinelli é o pai da criança, no bom sentido de ter suscitado isso, com a aquiescência da Mesa, que vem participar e trazer algumas informações, a própria Mesa participaria...

Presidente Acir Gurgacz, sugiro agora, antes da exposição de cada um, em função até das responsabilidades que temos – às 10h30, eu tenho a



Comissão de Relações Exteriores –, começamos o debate com o Ministro Paolinelli, com a participação da Mesa, porque talvez isso fique mais dinâmico e rico em relação às dúvidas que Senadores e a Mesa têm, com os palestrantes trazendo as suas experiências na medida desse debate.

É uma sugestão que faço, para aproveitar, porque queria muito fazer alguma indagação singela ao Ministro Paolinelli sobre o sistema que ele está propondo. Então, eu submeto isso a V. Exª e ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Consulto os nossos colegas se...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu esclareço. O que a Senadora Ana Amélia está sugerindo é que os outros participantes poderiam...

Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Não, e os Senadores também pudessem fazer agora indagações ao Ministro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Porque, cada vez que ouço o Ministro Alysson Paolinelli, e o ouço com muita atenção, aprendo cada vez mais as coisas. E eu espero que o Senador Rodrigo Rollemberg – não sei se está presente –, trate dessa parte do Cerrado, que é uma coisa importante. O Cerrado é um dos poucos biomas em que a agricultura, na verdade, enriquece, melhora aquilo que é uma área...

Mas eu queria dizer, Sr. Presidente, que era importante – aproveitando a sugestão – que V. Exª consultasse, porque às vezes alguns dos que estão aqui teriam uma forma, uma colocação divergente ou diferente da visão que tem o Ministro Alysson Paolinelli.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Eu acho que o Senador Moka completou bem: a CNA, através da Drª Rose, tem uma proposta bastante diferente em relação à do Ministro Alysson Paolinelli.

Então, acho que seria da maior importância que os Senadores dessem oportunidade a todos, ao Dalazen, à Sociedade Rural, enfim, para que vissem outras sugestões, para que pudéssemos ter uma visão geral de todas as opções possíveis.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Sugiro, então, ouvirmos mais alguns palestrantes. Depois, faremos um intervalo no meio, se assim concordarem.

Vamos ouvir a CNA, depois faremos as perguntas, dando sequência...



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aliás, a CNA está presente por meu requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem! V. Exª sempre trazendo pessoas importantes aqui, para o nosso debate, Senadora Ana Amélia.

Então, passo a palavra à Drª Rosemeire Cristina dos Santos, da CNA, que sempre tem vindo para nos ajudar nos debates, aqui, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada, Senador Acir. Obrigada pelo convite à CNA, para participar deste debate importante.

Quero começar parabenizando esta Comissão por dois motivos. Primeiro, pela aprovação do PL nº 330, de 2011. Esse PL sobre os contratos de integração vertical é extremamente importante para o setor agropecuário. O maior desafio, hoje, do setor agropecuário, dentro do ambiente institucional do agronegócio, é estabelecer relações cooperativas e harmonizar as cadeias produtivas. E a aprovação desse projeto de lei é um importante passo, para a gente começar a organizar essas cadeias. O segundo assunto, que também diz respeito ao ambiente institucional do setor, é a política agrícola, é o seguro rural.

Nós discutimos o seguro rural, há muito tempo, o que culminou, em 2003, com a aprovação de Lei nº 11.326. Essa lei criou o Programa Nacional de Subvenção ao Seguro Rural. Efetivamente, esse programa começou a ser implementado no Brasil, a partir de 2006, quando os primeiros recursos para subvenção foram aportados pelo Governo.

A partir daí houve períodos de crescimento, períodos de instabilidade, períodos de recuo na oferta de recursos, e houve avanços na oferta de recursos. É fato: ainda não chegamos ao patamar ideal. Em todos os países em que o seguro rural se desenvolveu, com destaque para a Espanha, que é um dos melhores modelos que se tem, e para os Estados Unidos, que é o maior seguro rural do mundo, isso ocorreu como objetivo e estratégia de Estado.

Há participação dos produtores nesse seguro? Há. Mas o carro-chefe que impulsiona e determina o que vai ser segurado, como vai ser segurado e, principalmente, com subvenções é o Governo.

Seguro é uma coisa cara, porque, no caso do seguro, lida-se com risco. E o risco, a incerteza, é a medida desse risco.

Se na agricultura se trabalha com uma indústria a céu aberto, com problemas climáticos, com problemas de logística, o nosso risco é muito grande. Então, naturalmente, ele tem de ser caro para o produtor rural. E isso inviabiliza, muitas vezes, que ele contrate uma apólice de seguro.

Outra queixa que os produtores têm do seguro rural hoje é a falta de cobertura para algumas culturas e a cobertura insuficiente, ou seja, ele tem uma produtividade *top* em função do nível tecnológico que alcançou, porém, a cobertura desse seguro ainda é baixa.



Agora, esses problemas só serão melhorados na medida em que a gente garantir duas coisas. A primeira delas é a estabilidade na oferta de recursos para seguro. Essa oferta vai ser cumprida. E isso passa pela rediscussão da política agrícola. Para se ter uma ideia, o seguro rural tem um calendário anual, fiscal, que vai de janeiro a dezembro, mas o Plano Safra ele é de junho a julho. Então, o que ocorre? Há um descasamento entre o lançamento do plano agrícola e a execução do plano seguro. Nunca o que for anunciado pelo governo será o que o governo tem disponível para trabalhar. Aí, geram-se os problemas que vemos hoje.

As seguradoras estão pagando indenizações por conta de perda climática que tivemos no Sul em função das geadas recentes. Porém, até hoje não receberam as subvenções das apólices que foram feitas neste ano. No nosso entendimento, esse é o principal problema que nós temos hoje.

Outro problema: a organização do sistema de seguro ainda não está feita no Brasil. A rediscussão da política agrícola, a criação de um cadastro único para se determinar o nível de risco dos produtores, o que deve ser coberto pelas seguradoras, qual o risco da atividade, qual o risco do produtor rural. Ainda não foi criado, não foi implementado. E analisar risco sem ter números é impossível. Portanto, hoje o produtor é prejudicado, ele paga mais por não ter os instrumentos adequados de política agrícola. O custo é maior tanto no crédito quanto no seguro, a política agrícola está em descompasso com o agronegócio.

O agronegócio hoje cresce a ritmo de Ferrari e conta com uma política agrícola que anda de Fusquinha. Aí acontecem os problemas que vemos todos os dias e debatemos todos os dias. Não é a primeira audiência de que participamos este ano para discutir seguro agrícola, e sempre retoma na mesma questão.

A proposta que a Abramilho traz é uma proposta interessante, porém ela surgiu num momento diferenciado da agricultura brasileira. Ela surgiu em 2006 quando havia um endividamento muito grande no setor causado por elevação de custo de produção e descompasso com o dólar. Muitos produtores endividados e muitas indústrias quebraram. Para que as indústrias não quebrem, o produtor tem que ir bem. Portanto, surgiu a ideia de se criar esse fundo em que todos contribuiriam de forma a evitar a volatilidade de renda e evitar que os produtores quebrem bem como as indústrias e as empresas de defensivos, e por aí vai.

Ocorre que o cenário hoje é diferenciado. Criar mais um custo para o produtor é criar mais uma atribuição para ele ter dentro da sua estrutura de custo. E o que é que temos observado? Quando entra um item novo na estrutura de custo de produção, esse item nunca mais sai, e o produtor acaba absorvendo. E, diferentemente da indústria, de *trading* e de banco, o produtor não repassa preço, ele é um tomador de preço do mercado. Esse item, portanto, vai ficar na estrutura de custo dele. E hoje o produtor já participa do seguro rural. Quando falamos no programa de subvenção ao seguro rural, o produtor entra contribuindo com 40% a



60% da subvenção, o restante o governo faz. Mas o produtor assume uma parte desse seguro.

Então, temos um caminho, uma proposta, e essa proposta a gente já vem discutindo desde 2008. A ideia é estruturar o mercado do seguro sendo essencial a participação do governo, a revisão da legislação, a criação de um cadastro único e principalmente a organização do mercado de seguro do Brasil – ela não está pronta, ela precisa ser melhorada. Esse é um fator que temos questionado e proposto a cada ano safra.

A subvenção ao seguro não pode ir à mão da seguradora, ela não pode ir para seguradora que trabalha com um banco. Ela vai escolher os seus clientes certos dentro das suas carteiras de fidelidade. A subvenção ao seguro tem que ir para o produtor, ele escolhe com quem que ele quer operar, ele escolhe a seguradora que vai fazer a melhor cobertura, a melhor apólice, o melhor atendimento e vai auxiliá-lo no momento em que ele precisar. Hoje, não temos concorrência, e a falta de concorrência é a maior inimiga no desenvolvimento do mercado.

Então, é extremamente necessária essa discussão. Parabenizo mais uma vez esta Comissão por essa audiência pública. Nós nos colocamos à disposição para esclarecer as perguntas que se façam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado Drª Rosemeire.

Para encerrarmos a primeira etapa, convido o Dr. Gláucio Nogueira Toyama, Diretor Técnico dos Seguros Rurais e Habitacional do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. É uma empresa, uma fusão.

O SR. GLAUCIO NOGUEIRA TOYAMA – É uma fusão entre a operação de seguros do Banco do Brasil e a Seguradora Mapfre.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Então, com a palavra, Dr. Gláucio.

O SR. GLAUCIO NOGUEIRA TOYAMA – Muito obrigado, bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês.

Antes de fazer um diagnóstico de como está a operação de seguro agrícola no Brasil, ratifico alguns pontos. O primeiro deles é que existe mesmo uma demanda reprimida dos produtores para seguros agrícolas no Brasil. Quando a Rose coloca que isso é uma imperfeição do sistema por conta da falta de competitividade, o fato é que acabamos caindo em um ciclo vicioso da falta de recursos de subvenção, que é necessariamente a oportunidade de o produtor adquirir o seguro, e as seguradoras acabam não desenvolvendo os produtos porque não têm os movimentos claros de quanto vai ser o dinheiro, de como vai sair e de quais são os futuros de orçamento do Governo.

É importante dizer que o Programa de Subvenção começou em 2003. Mais de três anos patinamos à procura do modelo adequado. Então, temos menos de sete anos, seis anos, de operação com subvenção no Brasil. Não temos



um histórico bastante claro de como as coisas estão encaminhadas. A gente percebe bastante evolução. Por quê? No primeiro momento, quando o mercado segurador aportou no Brasil, como disse o ex-Ministro Alysson Paolinelli, disse, depende muito dos resseguradores, já que 90 a 80% dos riscos absorvidos por esse mercado estão nas mãos das grandes seguradoras. Naquela ocasião, há quase dez anos, tínhamos o monopólio da única resseguradora no Brasil, o IRB, que não temos mais.

No segundo momento, tínhamos uma carência de informação, porque as bases necessárias para que pudéssemos precificar as informações de risco não eram acessíveis às operadoras que operavam na ocasião. Em um terceiro ponto, não tínhamos estruturas de regulação de vistorias, de aceitação de risco nem de sinistros para que pudéssemos ter tranquilidade no pagamento de forma adequada.

Então, naquela ocasião, o que foi feito do grupo do mercado de seguros e resseguros para questões agrícolas no Brasil? Identificamos um tripé. O primeiro pé era o Governo, que, como todo mundo, precisa participar da política agrícola de seguros no Brasil, e a subvenção seria uma interface bastante interessante e que deveria caminhar. Em 2003, tivemos a configuração da lei e o primeiro aporte do governo para os primeiros movimentos com leilão. Só três anos depois tivemos um movimento mais adequado, que temos até hoje.

O segundo ponto é que o monopólio do resseguro pudesse ser suprimido para ter mais capacidade. Faltava-nos a capacidade de risco. Hoje, a gente tem falado no valor bruto da produção em mais de R\$400 bilhões. Em um mercado segurador, não deve suprir mais que R\$10 bilhões, hoje, em termo de proteção de riscos agrícolas. Isso é muito pouco, é bastante insignificante no que a gente encara como potencial de negócio no Brasil.

Naquela ocasião, não tínhamos nem R\$1 bilhão para aportar em termos de capacidade de risco por conta dos resseguradores que existiam na operação, e esse negócio foi aberto. Então, a segunda perna do tripé foi a necessidade do Fundo Catastrófico, hoje denominado de Fundo de Repartição de Perdas, que não está implantado, não está regulamentado, e a gente não tem essa ferramenta adequada. É uma ferramenta bastante importante para o governo e para suas políticas de negócios agrícolas no País e para efeito de alguma proteção do mercado segurador, quer seja da seguradora ou dos resseguradores.

Contrapondo-se ao Fundo de Repartição de Perdas, temos percebido hoje no mercado é que temos uma superoferta de resseguros mundiais para a operação no Brasil. Então, não nos faltam resseguro e capacidade de proteção de risco para os diversos modelos de seguros agrícolas que temos no País.

O que precisa ser feito? O Fundo de Repartição de Perdas precisa definir um objetivo claro e de como a gente deve caminhar com esse instrumento



para que tenhamos essa operacionalização de seguros agrícolas de forma adequada.

Naquela ocasião também, o que nos faltava em termo de estrutura operacional era a qualificação dos técnicos e peritos de campo. E, ao longo dos últimos dez anos, o que temos feito, em conjunto com todas as seguradoras e resseguradores de mercado, é prover, ao longo dos anos-safras, treinamento e incorporação de mais e mais técnicos para que tenhamos suporte no campo e mais tranquilidade para que possamos operar.

Então, essa foi a evolução que aconteceu ao longo dos últimos dez anos quanto à organização da primeira etapa da organização de seguros agrícolas do País, que imaginávamos que era importante.

Do ponto de vista de produtos, naquela ocasião, só tínhamos um produto chamado Granizo, um seguro que garantia um risco nomeado. Era um produto bastante interessante para operação dos produtores de frutos no País, que têm um prejuízo muito mais perceptível no que tange ao evento de granizo que afeta as frutas na sua qualidade de venda, de produtos *in natura*.

A partir daí, o que o mercado começou a fazer? Foi evoluir nas qualificações dos produtos. Então, quando olhamos a evolução do mercado de seguros agrícolas aqui no Brasil e no mundo, temos que considerar que, para que consigamos desenvolver um portfólio de produtos adequados do ponto de vista de oferta de coberturas e atendimento dos cultivos agrícolas, do sistema pecuário e dos negócios que temos no Brasil, precisamos evoluir com formações e procedimentos.

Hoje, atendemos mais 60 cultivos do País, quase todas as espécies de reflorestamento, e temos uma carteira de seguros pecuários incipiente ainda, por falta de cultura de seguro, que é um ponto bastante importante que vamos tratar também.

Ao longo desses últimos anos, saímos de um produto que é chamado, em segurês, de risco nomeado (só garantia granizo) para um produto, hoje, que garante renda. Faz três anos que o mercado opera com um seguro de garantia de renda. Ele representa hoje, na operação do cultivo mais importante das operações de seguro, que é a soja, 20% da proteção total. Hoje, 20% dos produtores estão protegidos pelos seguros agrícolas do País e esse é o produto supracitado que o mercado sempre pediu aqui no Brasil.

O que falta, na nossa percepção de vendedores de seguros, de produtores de seguros agrícolas, é que, além das questões estruturais, das imperfeições que há no sistema, falta uma cultura de seguros por parte dos produtores, dos distribuidores. Não é fácil vender seguro. Ninguém acorda todo dia querendo comprar seguro agrícola para proteger sua safra ainda mais quando há a percepção da maioria das pessoas de que o seguro agrícola é um seguro caro. E tende a ser o mais caro do mundo. A gente tende a acreditar nisso também. Então, é uma coisa que precisamos trabalhar bastante.



Já que se vende seguro agrícola no Brasil, como temos que tratar os distribuidores de seguros agrícolas no Brasil, sejam eles cooperativas de distribuição, cooperativas de créditos, sistemas financeiros, *trading*, os próprios produtores, os corretores? Como precisamos olhar esse negócio? Como fazer a cultura de seguro agrícola ser inserida na cabeça do produtor quando ele monta o seu curso de produção?

Isso não está claro na cabeça dos produtores, não está claro na cabeça da maioria das entidades que fazem interface com o sistema produtivo e o seguro agrícola no Brasil. Então, precisamos pensar, e um convite como esse para uma audiência pública é bastante interessante. Durante esses últimos dez anos, tivemos uma evolução bastante interessante do programa. Geramos um modelo bastante interessante em alguns Estados do País, que já estabeleceram uma cultura de seguro agrícola, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mas o que precisamos fazer agora é desenhar um modelo novo, um modelo que tenha um plano, que tenha interferência de várias entidades e que o mercado segurador seja uma das partes desse processo, e não o principal condutor.

Então, a precisamos trazer o sistema produtivo e toda a relação do agronegócio para que caminhemos na direção de um plano novo e de uma nova evolução para que tenhamos tranquilidade para trabalhar nos próximos anos.

Minha parte é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado Dr. Gláucio.

Eu pergunto se os Srs. Senadores gostariam de fazer questionamento agora ou vamos ouvir antes do Dr. José Aroldo.

Então, passamos a palavra ao Dr. José Aroldo Gallassini, Presidente da Agroindustrial (Coamo).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Pela ordem, o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar a todos os que estão contribuindo sobre o seguro agrícola. Apenas vou pedir licença porque às 10h tenho que presidir a Comissão de Relações Exteriores.

Então, se eu me ausentar é por essa razão, mas cumprimento a todos pela contribuição – Ministro Alysson Paolinelli e todos os demais.

Muito obrigado pela cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Senadora Ana Amélia gostaria de fazer alguma colocação? Por gentileza, tem V. Ex^a a palavra.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Não, eu prefiro, em respeito à decisão da maioria dos Senadores, manter as exposições dos que vieram aqui. Assim como o Senador Eduardo Suplicy, sou relatora na Comissão de Relações Exteriores, e, acerca das dúvidas que eu tiver a respeito dessa matéria tão importante para o País, eventualmente acompanharei pela minha assessoria que está aqui.

Não há dúvida disso, e vou trabalhar intensamente. A minha curiosidade apenas é saber se havia pontos convergentes, ou de possível convergência, de juntar a sua proposta com a proposta, que é diferente, da Drª Rosemeire, que representa uma entidade importante. Pode conciliar? E também gostaria de saber se a receita que o senhor dá para isso é uma receita já usada em outras partes do mundo. Ainda gostaria de saber se um seguro tem que ter uma regra geral para um País de áreas, de situações tão divergentes. Meu Estado, por exemplo, em dez safras, perde sete, mesmo com o zoneamento agrícola. É difícil fazer uma gestão.

O próprio Governo está gastando R\$9 bilhões de subsídio para a compra de energia, quando havia previsto R\$4,5 bilhões. Teve que fazer mais porque houve uma seca, não havia energia suficiente e teve de comprar das térmicas. Então, também na agricultura, a questão cíclica da adversidade climática, especialmente no Sul do País, determina um comportamento variável.

E o pior é que há a notícia – o senhor fala muito do setor privado, a Drª Rosemeire falou – de criar a Segurobras, uma empresa estatal para cuidar disso. São preocupações que me assaltam em relação a esta matéria. E também porque o Ministério da Agricultura criou um grupo de trabalho, no ano passado, em 2012, para tratar da questão do seguro agrícola. Algum dos senhores aqui participou ou tem informação de alguma evolução a respeito desta matéria?

São essas as minhas dúvidas, mas eu prefiro que se respeite o expositor.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passamos a palavra ao Dr. José Aroldo Gallassini, que é Presidente da Coamo (Agroindustrial Cooperativa).

O SR. JOSÉ AROLDO GALLASSINI – Bom dia a todos. Nós somos uma cooperativa de produtores. Somos 26 mil associados. Temos um trabalho grande sobre o seguro agrícola. Eu sou um defensor do seguro agrícola. Faço duas reuniões por ano com mais ou menos dez mil cooperados, em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e um pedaço da reunião é sobre seguro agrícola.

Eu disse a eles o que disse o nosso amigo da Mapfre: que não temos cultura de seguro agrícola. Nós temos cultura de seguro de carro. Nós, antes de sair o carro da concessionária, já fizemos o seguro, porque há o risco de



bater na saída. Nós queremos incutir o seguro agrícola. O produtor quer fazer seguro agrícola de lavoura de risco, trigo e milho safrinha. Isso é um problema. Aí, as seguradoras dizem: não, eu também não quero correr o risco. É um problema sério. Na verdade, é uma cultura que temos que criar.

Temos aí um grande volume de seguro. Só para se ter uma ideia, no Proagro, no ano passado, foram feitos 3.742 projetos, R\$151 milhões. Quanto ao seguro agrícola, foram feitos, no ano passado, 13,058 milhões de projetos, 410 milhões de segurados.

Esse é um trabalho feito com muita cautela. Eu tenho definido muito que, na questão do seguro, tem que haver honestidade: tem que haver honestidade do banco, das cooperativas, das seguradoras e, principalmente, dos peritos e dos produtores. Houve frustrações. Tivemos muitos problemas com peritos que fazem acertos e tudo o mais. Então, eu digo assim: tem que ter honestidade, seriedade. Nós já vimos o que o Governo fez com o Proagro lá atrás: quase eliminou o Proagro por causa de desonestidade de produtores.

Agora, há o seguro agrícola. Nós, de certa forma, estamos satisfeitos. Não é de volume que precisamos. Temos três seguradores que fazem: a Swiss Re, que é exclusivamente seguro agrícola – não há outro tipo de seguro no Brasil –, a BB/Mapfre e a Allianz. Agora, vai entrar Itaú. São quatro seguradores que vão oferecer seguro agrícola.

Os nossos seguros, segundo o Governo permite, são feitos com base no IBGE. O IBGE está em todos os Municípios. Quando há uma previsão de safra, faz-se uma reunião, a produtividade desse tamanho... é um seguro que eu acho que não vale a pena.

A taxa desse seguro é 5,38%, e o Governo subsidia de 40% a 60%, conforme a região, conforme o Município. Então, esse seguro aqui eu não recomendo. Eu tenho um modelo aqui, tenho aqui um exemplo, depois eu posso distribuir algumas cópias.

O outro seguro que nós tínhamos com o qual estávamos relativamente satisfeitos é o seguro produtividade. Nós temos 230 agrônomos no campo, que têm os projetos, produtividade todo ano, acompanham sem nenhum problema. Então, nós temos a produtividade na mão. Já os outros produtores que não estão em cooperativas, em regiões do Brasil de modo geral, e que vão direto ao banco, não têm essa produtividade como nós temos em projetos agrícolas e tudo o mais. Então, nós temos sucesso nesse projeto de produtividade.

A taxa também é de 5,25%, o Governo financia ou subsidia a subvenção do Governo em 60%, e o produtor paga 40%. Essa parte do produtor nós podemos jogar no projeto agrícola de financiamento, podemos fazer prazo de safra, ou coisa assim, de maneira que não haja problema algum de o produtor fazer o seguro agrícola.



E temos o seguro que eu acho que vai ser o que só a Coamo tem no Brasil, que é o seguro receita, um projeto piloto, um projeto grande, que é, mais ou menos, o seguro renda de que a Marta falou.

Esse seguro aqui também envolve a produtividade, cinco anos, e o preço, com base na Bolsa de Chicago, no caso da soja. Esse seguro funciona muito bem. O produtor não tem só o problema da cobertura do seguro só do financiamento, ele tem o seguro com base na produtividade.

Funciona, mais ou menos, assim: ele tem a produtividade média, e vamos dizer que deu 100, e ele colheu 70. Aí, ele tem o seguro cobertura de 70% desses 30% que faltaram. Então, ele sai com dinheiro ainda. Paga com 100 e sai com dinheiro. É um projeto igualzinho ao projeto americano, mais ou menos igual ao projeto americano de seguro agrícola.

Esse é um projeto piloto, está grande, estamos fazendo aí um grande volume, e eu acho que seria a evolução por aí. Então, temos um acompanhamento das seguradoras, que estão satisfeitas com essa parceria, e pretendemos continuar e aumentar cada vez mais.

Foi comentado aqui também – e aí há uma reclamação grande até da Federação da Agricultura – onde estão os R\$700 milhões. Todo ano é assim. Sai uma divulgação grande e, depois, murcha, vai diminuindo, diminuindo. Agora, R\$700 milhões; depois, eu vi não sei onde que vão ser R\$400 milhões; depois, eu vi que serão R\$241 milhões; mas dizem que pode chegar a R\$330 milhões. Então, esse é ruim.

Eu tive uma proposta do Ministério da Agricultura de fazer um projeto piloto também de se passar a subvenção para a cooperativa, um modelo novo. Aí, quando vim a Brasília, conversamos e tudo o mais. Eu acho que é até viável, porque, daí, nós vamos negociar a taxa com a seguradora. Só que eu falei para ele o seguinte: esse atraso do Governo vai ser um problema, porque eles podem dizer que não fizeram o negócio com o Governo, que fizeram com a Coamo e que, então, querem receber. E, aí, não dá para enfrentar isso, porque o volume é muito grande.

Então, na verdade, eu acho que temos de evoluir. O Governo realmente tem de botar. Porque é assim: ano passado, nós fizemos 12% da área do Brasil segurada. Esses R\$700 milhões dão para 20% da área plantada, que é pouco, mas é um avanço.

Até temos algumas irregularidades, como nós também reclamamos. A maçã teve, assim, R\$70 milhões de subvenção; a soja, no Brasil inteiro, R\$120 milhões. Quer dizer, está completamente desproporcional. Aí, o *lobby* que valeu – eu acho – porque a maçã é deste tamanho.

Isso também precisa ser visto.

Nós temos, aqui, uma reivindicação que a seguradora já está fazendo, é única no Brasil, uma sugestão da Coamo, particularmente minha, que é o seguro agrícola da parcela de investimento, de máquinas, de correção do solo e



tudo o mais. Porque sempre fica assim: dá o seguro agrícola, dá a frustração e fica um rabo para trás, às vezes, grande. Então, ele faz também o seguro da parcela de investimento, com as taxas que ele vai ver lá e tudo o mais. E nós estamos pedindo para o Governo botar na subvenção também o seguro da parcela de vencimento, porque assim o produtor sairia mais tranquilo e não ficaria ainda com coisas para pagar.

Porque não é justo, como vinha sendo feito. Nós estamos pagando 25 anos a securitização (foi de 1995 e vai até 2020) para quem está na securitização. Foi uma frustração, e estamos pagando. E também tem o fato de giro, cinco anos, que foi um empréstimo que fizemos para o cooperado pagar o prejuízo, porque não havia seguro anos atrás. Então, isso eu acho que não é justo. Todo ano ele tira um pouquinho do lucro dele para pagar coisa velha, de 25 anos. Alguns não vão chegar lá.

Na verdade, acho que o seguro está indo bem. Esse seguro da parcela do investimento já existe nos “pronafricanos”, ou seja, o Pronaf tem o seguro da parcela. Então, eu acho que é uma coisa boa.

Eu estou lutando muito para nós termos... Assim, o seguro agrícola é um insumo agrícola. Eu faço o projeto, semente, adubo, herbicida e seguro agrícola. Aí eu não tenho problema. O problema é fazer separado, vender o seguro separado. Então, é isso que a gente quer fazer.

E eu acho que, com o apoio das seguradoras, como foi falado aqui, e também do Senado, enfim, se todo mundo pensar assim, vamos evoluir muito, principalmente buscando, cada vez mais, essa seriedade no seguro porque as seguradoras têm esse problema também.

Ainda nesses dias, estavam falando que o Governo estava atrasado com cento e trinta e poucos milhões, e que elas estavam pagando frustrações e tudo o mais. Não sei se já pagaram agora. Pode ser que já tenha resolvido.

São coisas que têm que funcionar, mais ou menos, que nem um relógio. Aí a coisa vai bem. É mais ou menos isso. Depois, se houver perguntas.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Eu gostaria que o Gallassini pudesse explicar um pouco melhor o seguro-receita, que eu confundi com o seguro-productividade.

O SR. JORGE AROLD GALLASSINI – Ele tem a possibilidade de cinco anos. E, quando se faz o projeto, se faz o preço da Bolsa Chicago naquele dia. Vamos dizer que ele teve uma frustração quando colheu. Ele ia colher cem e colheu, vamos dizer, sessenta, para não confundir. Então, ele colheu 60%, e faltaram 40%. Ele perdeu 40%. Então, o seguro cobre 70% desses 40%.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – E o custo?



O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Ah, sim, vou dar um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E qual a parceria da Coamo?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Quem paga é a seguradora, mas a produtividade, a taxa do produtor é 5,25%. O produtor paga, afinal, 2,10%. Então, 60% o Governo paga na subvenção, e o produtor 40%. Então 2,10% é algo viável.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, é 70% do percentual que ele prevê.

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – É, da produtividade que ele prevê no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E qual a parceria da Coamo com a seguradora que o senhor colocou?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Olha, desse prêmio que é cobrado, eu acho que é 7%, se eu não me engano. Eu não tenho muito bem certeza desse valor, mas ele paga para fazer o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A cooperativa paga?

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Não, ela recebe, porque ela tem os agrônomos trabalhando. Isso é feito no projeto.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Uma consideração superimportante é o fato de que a Drª Rose não especificou os mecanismos que estamos apresentando, mas a Coamo consegue um custo mais baixo porque ela tem a central de informação dos seus produtores. Ela tem estatística dos seus produtores. Então, enquanto também não tivermos a nossa central de risco, o Brasil chegar a essa central de risco, jamais poderemos ter o custo que ele consegue ter, com muita competência. Ele tem a vida dos produtores dele toda na mão, no bom sentido, por assim dizer.

O SR. JORGE AROLDO GALLASSINI – Porque o produtor isolado vai ao Banco do Brasil, faz a proposta e não tem outro dado. E nós temos o agrônomo em cima.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Há o histórico completo da vida do agricultor.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Presidente Acir, ele tem todo o histórico do produtor: o que produz, quanto produz, em que área produz, a sua produtividade. Então, ele tem a vida dele transparente. É deste mecanismo que precisamos no Brasil: a central de risco, o cadastro do seguro e



também o cadastro da subvenção, para tirar as injustiças que enxergamos por todo o País.

O que é que acontece? Nós tentamos no passado “pejotar” os produtores, fazer uma “pejotação”, mas foi impossível porque não haveria nenhum modelo de PJ, no Brasil, que não onerasse o produtor rural. Então, nós saímos dessa história da PJ, que seria uma forma de colocar o produtor transparente, como são os produtores da Coamo, e nós continuarmos com a pessoa física, mas instalarmos as centrais de transparência no País.

Nós precisamos tirar o produtor da escuridão, em termos de informação, para dar eficiência aos mecanismos, não só no seguro agrícola, mas na política agrícola subvencionada. Hoje você pega um produtor rural que está no Mato Grosso, ou no Tocantins, ou no Mato Grosso do Sul, plantando 1.500 hectares, e ele recebe o mesmo dinheiro subvencionado de um produtor que tem 200 hectares e está ao lado do porto. Só que para quem tem 200 hectares, o dinheiro é suficiente para fazer quase a lavoura toda; e quem está lá no Mato Grosso, com 1.500, tem que ir atrás de outra cesta muito mais cara para terminar o seu plantio. Então, é uma subvenção dada sem critério, por CPF. Não interessa onde está, se está perto do porto, se está longe do porto, o tamanho da sua área.

Então, essas três centrais, que é a proposta da CNA, que estamos discutindo desde 2008, inclusive com as seguradoras e o Governo, são para trazer a transparência para o Brasil da Coamo. Esse é o segredo. E que o Ministério da Agricultura possa fazer valer o cumprimento dos valores.

O SR. JOSÉ AROLD GALLASSINI – A seguradora, por exemplo, não queria fazer no Mato Grosso do Sul, que tem certo risco de seca e tudo mais. Nós estamos lá. Agora colocamos também crédito da Coamo e tudo mais e estamos introduzindo o seguro agrícola. Elas estão concordando também no Mato Grosso do Sul, porque o Senador é de lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora tem que ouvir a eficiência das cooperativas sempre, viu, Presidente? É importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dando sequência, vamos ouvir o Dr. Antonio Licio, Consultor da Abramilho.

O SR. ANTONIO LICIO – Bom dia, senhores.

Eu tenho um passado de uns 40 anos em que eu trabalho com política agrícola aqui nesta cidade de Brasília, metade desse período no Ministério da Agricultura, grande parte no Ministério ou na CNA e em outras circunstâncias com o Ministro Paolinelli.

Eu queria chamar a atenção rapidamente. Eu acho que o nosso tempo já está se esgotando. Mas por que estamos aqui tomando tempo dos Senadores e dos presentes para falar sobre seguro agrícola? Eu chamaria a atenção de que os instrumentos de política agrícola que são usados hoje pelo Governo poderiam ser muito mais simplificados e talvez até supersimplificados num único instrumento: o seguro agrícola. Vou dizer por quê. Pensem no crédito



rural, que é hoje talvez o instrumento mais importante da agricultura. Se houvesse seguro agrícola para todos os agricultores, o crédito seria automático, os agentes financeiros iriam atrás do agricultor, não seria mais necessária toda a movimentação, todo o aparato do Governo para fazer crédito rural.

O que afasta o agente financeiro do agricultor é o risco. Se não houver o risco moral, que é coisa fácil de controlar através de cadastro, e o risco da atividade coberto pelo seguro, acabou o crédito rural institucional. Quando houver um seguro rural, o crédito institucional se acaba, passa para o mercado, normalmente, naturalmente. Então, a instituição do seguro minimiza o crédito rural oficial, institucionalizado.

Outro instrumento de política que foi muito usado no passado, hoje nem tanto, porque os preços estão mais favoráveis, é o preço mínimo. O que é o preço mínimo? É aquele preço para cobrir pelo menos os custos de produção do agricultor, para garantir. O seguro agrícola cobre também. Então, o crédito rural e o seguro agrícola estariam minimizados.

Outro instrumento de política agrícola muito importante é a assistência técnica. O seguro agrícola teria a função de assistência técnica, porque ele sabe quem é que está produzindo mal e, se ele insistir em produzir mal, o seguro não cobre. “Você vai entrar no seguro, somente se você tiver um nível de produtividade e eficiência, assim, assim, assim.” Então, são os três mais importantes, pelo menos de política agrícola. Então, se nós concentrássemos – digo nós as instituições governamentais, as instituições agrícolas, CNA, OCB, as rurais, nós técnicos, que prestamos assistência técnica ao setor –, se concentrássemos nossas informações, nossos conhecimentos, inteligência para tentar transformar tudo isso num único instrumento de política agrícola, acho que conseguiríamos chegar lá.

Nesse período, nos últimos seis meses, eu trabalhei muito isso na tentativa de ajustar um pouco mais o mecanismo novo de seguro agrícola baseado na ideia dele de os fornecedores de insumos bancarem parte – e aí a conta é complicada; aliás, seguro agrícola é um negócio complicado, porque envolve estatística, envolve conhecimento profundo de probabilidade, envolve agricultura, envolve economia, envolve matemática para fazer uma fórmula final. E poucas pessoas e poucas instituições sabem essas quatro ciências com a profundidade requerida para se montar um seguro agrícola. Daí vem a confusão de discussão.

Então, acho que, nesses últimos meses ou semanas, o que eu concluí é que a questão técnica tem que ser tratada tecnicamente, talvez juntando todos dentro de uma instituição, fazendo um grupo de trabalho, como foi a proposta do Ministro há uns três meses, para dirimir alguns problemas e lembrar o que foi feito, o que foi falado ultimamente, a última palavra do Diretor Gallassini, da Coamo.



Independente de todas as dificuldades, a Coamo conseguiu, sozinha, com seus técnicos, com sua direção, estabelecer um seguro para seus assegurados, baixar o prêmio ao nível de 5%, e, se fosse aplicada a subvenção de 50%, 60%, cairia para cerca de 3% a 4%, o seguro arcado pelo agricultor. Ela conseguiu isso sozinho. E por quê? E não só a Coamo conseguiu isso – ela está na liderança –, mas outras cooperativas, em função do conhecimento dos seus cooperados, de informações, quer dizer, não se pode fazer um cálculo atuarial, probabilístico sem ter as informações.

As informações do IBGE são – fiz alguns cálculos –, sim, suficientes para afirmar que, nos meus cálculos, o seguro agrícola não passaria de algo entre 3% e 5% no Brasil. E no Estado mais adiantado agricolamente do Brasil, que é o Paraná, e é o mais sujeito a riscos também, basta olhar o histórico dos últimos 10 ou 20 anos, nessas condições, entre 3% e 5% seria um custo razoável probabilístico e atuarial. Com subvenção, poderíamos pensar em chegar a 2% ou 3% como custo final para o agricultor, sim. É possível, sim. O que temos de fazer? Temos de nos organizar, pegar a proposta da CNA, a proposta do Ministro Paulinelli, o que existe hoje no mercado, organizar tudo e tomar como base o belíssimo trabalho feito pela Coamo e que a OCB, através de suas outras cooperativas, está tentando replicar.

Esse é o meu recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Dr. Antonio Licio.

Terminando a lista dos nossos palestrantes, passo a palavra ao Dr. Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – Obrigado.

Bom dia. É um prazer estar aqui no Senado Federal. É um prazer o agricultor brasileiro poder falar um pouco do maior problema da agricultura brasileira hoje, que é o seguro. O Governo Federal faz estardalhaços com seus créditos e deixa as dívidas, porque, como já ouvimos aqui, nós temos condições climáticas novas, há um novo posicionamento climático no País, e há uma permanência muito grande dessas dificuldades climáticas e que estão gerando transtornos e dificuldades para os agricultores.

O Rio Grande do Sul no ano passado, Senador Acir, perdeu 50% de sua safra; quando se perdem 50% é porque alguns agricultores perderam 100% das suas safras. O Ministro Mendes Ribeiro foi ao Rio Grande do Sul para negociar as suas dívidas em cinco anos. Cinco anos significam 20% a mais de custo anualmente. Quer dizer, as dívidas são impagáveis.

Naquela renegociação das dívidas, de 25 anos, a securitização está sendo paga até hoje. Também foi a questão do seguro. Quer dizer, o problema do seguro é uma coisa que não anda e que não sai.



No Brasil, temos apenas 7,9% da nossa área segurada, segundo dados recentes do Mapa, por esse seguro criado em 2006. O Governo subsidia de 30% a 70%. A área plantada no Brasil correspondeu a 5,5 milhões de hectares, quer dizer, cerca de 18%; num total de 69 milhões, nós tivemos 5,5 milhões, Moka, protegidos pelo seguro.

Sou agricultor no nosso Mato Grosso do Sul, Senadores Figueiró e Moka, e, de cada cinco safras, eu tenho problema em três. O meu milho safrinha neste ano brotou e nasceu dentro da espiga, e nós tivemos classificações nas cooperativas – não contra a cooperativa, porque foi uma coisa lógica; é lógico que há o desconto –, com desconto de 10, 20, 30 ou 40% no milho safrinha, e os custos não param de subir.

O custo da lavoura brasileira, em dez anos, subiu de US\$2,00 o *bushel* para US\$6,00, hoje. Quer dizer, tivemos um incremento de custo de 200%, e nós temos, num cenário mais à frente, uma redução de preços das *commodities*. Todos os economistas ligados ao setor rural têm apregoado isso: a primeira grande safra americana de milho já jogou o milho no Mato Grosso a R\$10,00, quando se tem um preço mínimo de R\$13,00; quer dizer, que você está abaixo do preço de custo quase 25%.

Portanto, para o seguro, segundo estudo que tenho aqui da MB (Mendonça de Barros) Associados, para cobrir 100% da lavoura brasileira hoje, teríamos que ter um aporte de aproximadamente R\$4 bilhões. Não é uma quantia absolutamente significativa para um país que tem aí na ordem de R\$250 a R\$300 bilhões de faturamento. Portanto, é uma coisa insignificante. O que falta ao seguro é uma decisão política de resolver.

Estamos com os Senadores de Mato Grosso e Tocantins aqui no momento; se nós pensarmos, por exemplo, na aftosa, como resolvemos isso no lagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal), no Fundepec (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária), que casualmente nasceu na minha entidade, na Rural, na nossa sede? O Fundepec, com a participação, Senadora Kátia, do produtor rural. Quem acabou com a aftosa, e aliás não acabou, mas está acabando com a aftosa no País é o produtor rural. Quando ele emite a sua nota fiscal, quando ele busca autorização de emissão da nota fiscal no departamento de sanidade, na secretaria de agricultura, paga uma taxa, e aquilo vai fazer o sistema de defesa do Fundepec, São Paulo, lagro, no Mato Grosso do Sul e por aí adiante no Brasil.

Portanto, nós na Rural acompanhamos muito o Ministro Paulinelli e estamos inteirados com essa participação, porque o Governo ainda não cumpriu o seu compromisso financeiro com a safra 11/12 – ainda faltam 4 milhões da subvenção a serem pagos. E aí é como fala a revista da Federação do Paraná: “Cadê os 700?” Se nós ainda nem conseguimos pagar todas as subvenções para as seguradoras da safra 11/12. Temos que ter a iniciativa privada participando do negócio do seguro.



Senador Acir, andamos, caminhamos bastante com o Ministro Paolinelli, com a Rose, em reuniões lá na Rural, e percebemos uma sensibilidade por parte de vários outros segmentos que compõem o setor rural brasileiro, as agroindústrias, as seguradoras, os bancos. Há uma agonia imensa porque estamos em um processo de modificações climáticas bastante fortes. Tivemos uma seca no Nordeste, este ano, que o fuzilou, que o arrasou de forma brutal. Tivemos também no ano passado, no Rio Grande do Sul; tivemos, no ano retrasado, se não me engano, no Paraná, que perdeu 25% da sua safra. No nosso Mato Grosso, na região norte, a cima de Campo Grande, há três anos, não conseguimos colher os nossos produtos por excesso de chuvas.

Portanto, acho que a Rural Brasileira entende o seguro como a maior necessidade que temos para a agricultura brasileira. Temos uma questão de logística, que está sendo bastante debatida, mas, acerca da questão do seguro, estamos omissos. Temos modelos. Temos o modelo da Coamo, das cooperativas, temos o trabalho da CNA, temos o trabalho da Abramilho – sou também diretor da Abramilho. Temos que juntar essas forças e procurar uma solução definitiva, porque o agricultor é uma pessoa completamente indefesa. Ele não tem defesa quanto ao seguro. O seguro é essencial.

O Município de Itapira, por exemplo, que produz caqui, próximo a Campinas, em São Paulo, tem 100% do prêmio subsidiado, parte pelo Governo Federal, parte pelo governo estadual, e a última parte, Senador Acir, pelo Município. Como o Município é pequeno, o caqui é uma fruta, é essencial para o Município, tem uma participação na renda muito elevada. Então, o próprio Município subsidia o seguro.

A nossa participação aqui se resume a isso. Não tenho um projeto, mas acompanho o projeto da Abramilho, com o Ministro Paolinelli. Fizemos várias incursões e percebemos a ansiedade que há. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, fizemos uma reunião na Farsul para conversarmos sobre o milho, mas não houve a conversa sobre o milho porque o agricultor estava vindo lá do interior e nada tinha colhido. Afora isso, há outras tantas questões.

Esse encarecimento do custo da lavoura é algo que é permanente. Enquanto não resolvermos essas questões básicas...Se temos 8% do prêmio e se temos a possibilidade de 5% na Coamo – o Licio estudou para 3% –, com certeza, teremos, porque o maior projeto de seguros do mundo, Senador Moka, será o brasileiro. Não existe outro projeto. Se definirmos politicamente a questão do seguro, vamos trazer as principais seguradoras e resseguradoras do mundo, porque o maior projeto, Senador Figueiró, que vai existir no mundo será o brasileiro. Somos aquilo que todos querem, aquela doçura, aquele mel, e vamos passar o mel nas seguradoras do mundo inteiro, que estão acordadas para esse problema, fora o potencial de crescimento que temos. Acho que era isso por enquanto. Agradeço imensamente pela oportunidade de fazer esse alerta em nome dos agricultores. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Cesário, pela sua participação e sua explanação.

Passo a palavra aos Senadores, inicialmente ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, não vou propriamente fazer um questionamento. Esse é um assunto, o seguro, como disse o Licio, realmente complexo. Concordo com ele. Essa questão envolve o chamado cálculo atuarial, a estatística e seriedade que se deve ter nessas questões.

Lembro-me do Proagro, Ministro Paolinelli. Eu era menino, tenho um irmão que é contemporâneo do Alysson. Acho que foi seu aluno. Então, eu me lembro disso. O Proagro tinha um convênio com o banco BID, o Condepe (Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte). Foi aí que surgiu a chamada do Proagro. E houve uma série de problemas por causa de frustração que não existia. Essa é uma questão.

Agora, o que me chama a atenção são duas coisas. Primeiro, o que o Antonio Licio disse. Se nós pararmos para analisar, eu acho que, se a gente conseguisse que as entidades – OCB, CNA, cooperativas – tivessem uma proposta convergente, e acho que tem tudo para essa proposta sair, Ministro Alysson, V. Exª e a Senadora Kátia poderiam liderar esse processo, uma proposta concreta que, na minha avaliação de tudo o que eu ouvi, passa por isso que o Licio falou. Ora, se nós tivermos realmente um seguro, essa questão do crédito deixará de existir, porque, se está segurado, que risco vai ter? Não haverá risco, pois se tem um crédito, mas, se houver uma frustração, ele será ressarcido. Junto com o crédito, ele disse isso também, se tem a extensão rural.

Se eu vou ter que pagar por uma frustração, ou por uma imperfeição no plantio, ou por um erro, por insistir em plantar em época errada, a própria seguradora teria interesse nessa extensão rural, porque a fiscalização é para diminuir o custo de uma frustração, de uma perda; o seguro teria que bancar isso.

Então, essas coisas se somam. E aí, disse o Cesario aqui, são R\$4 bilhões. Eu não sei se esse número... Confesso que achei muito pequeno. Na verdade, Senador Acir, R\$4 bilhões para ter esse tipo de seguro e assegurar 100% de uma safra do porte do Brasil eu acho que valeria a pena. Por quê? Porque esses R\$4 bilhões certamente serão divididos, Senadora Kátia, entre o Governo e o próprio produtor. Então, eu vejo isso como uma coisa viável.

Para não me prolongar, quero dizer o seguinte: nós teríamos, ouvi o que o Ministro disse, de juntar parceiros ao Governo. Essa acho que é a principal divergência. Ouvi a Senadora Kátia Abreu, que avalia que é o Governo quem teria de ter essa responsabilidade, e me parece que o Ministro defende que o Governo apenas lidere, mas teria parcerias no setor privado. Parece-me que foi isso.

Para encerrar – e eu digo isso sempre, mas, é claro, eu sou suspeito porque presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo –, todas as vezes que eu vou para uma reunião com as cooperativas, eu sempre percebo uma coisa: as



cooperativas perseguem eficiência. E é isso que vai estimular. Veja o que a Coamo resolveu: ela está pagando – e, por isso, é claro que precisa de um percentual – engenheiros agrônomos, ela tem estatística, ela é capaz de dizer para a seguradora: “Olha, você vai segurar essa propriedade aqui, mas olhe o histórico dela.” Nós não temos histórico de frustração. Olhe o quanto se colhe aqui, qual a produtividade desse produtor. Em função disso se diminui realmente o risco e aí a seguradora...

O Cesario disse o seguinte: “Houve problema de milho numa parte do Mato Grosso do Sul”. Mas tanto o Mato Grosso como o Mato Grosso do Sul estão com excedente de milho, quer dizer, se houvesse o seguro... Poucas pessoas, poucos produtores perderam. A maioria não perdeu. Então, a seguradora, embora fosse bancar 100% daqueles que perderam, não teria como, Senador Presidente Acir, ter prejuízo, porque não há. Quer dizer, o pessoal que perdeu percentualmente é muito menor. O Mato Grosso está com problema de estoque, de armazenagem. Tem montanhas e montanhas de milho. Tanto que o Governo está fazendo leilão para melhorar o preço.

Então, quero cumprimentar. Achei importante. Ouvi todos e achei que foi muito importante. Termino parabenizando todos que aqui expuseram seus argumentos, que se somaram. Na minha avaliação, se a gente fizer um balanço...

A minha sugestão é a de que a CNA, a OCB e as demais associações se unissem na ideia de ter uma proposta única, convergente, em cima do raciocínio que faz o Lúcio, mas com a experiência de todas essas entidades, e chegassem para o Governo dizendo o valor do custo. Acho que essa seria a forma. E, claro, o Senado, esta Comissão deve prestar o apoio político na defesa de uma tese como essa do seguro, que, na minha avaliação, é uma das coisas que estamos fazendo.

E, para encerrar, acho que a Rosemeire disse uma coisa fundamental: o Governo não está cumprindo, mas ela chama a atenção para o descompasso. O Orçamento nosso é de janeiro até o final do ano, e a nossa safra é no meio do ano. Então, esse é o descompasso. É preciso ter o dinheiro na hora certa e, muitas vezes, esse orçamento só vai ser sancionado em março ou abril, sei lá. Então, esta questão é importante: o descompasso do nosso Orçamento com o plano de safra ou com a liberação dos recursos.

Não sei se fui claro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Pois não.

Agora, com a palavra, a Senadora Kátia Abreu. Na sequência, os Senadores Ruben Figueiró e Jayme Campos.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Tudo que o Moka disse procede totalmente, mas principalmente a última fala, porque, quando o Plano Safra é anunciado, grande parte dos produtores já plantou a sua safra e,



portanto, não tem mais como segurar. Então, os R\$700 milhões, R\$1 bilhão ou R\$10 bilhões nunca serão efetivamente usados.

Claro que existe morosidade, como sempre houve em todos os Governos, mas nós estamos progredindo no valor do seguro. Estamos progredindo, sim! Na antepenúltima safra, foram R\$280 milhões; na última, foram R\$400 milhões, nessa de agora, R\$700 milhões. Isso, dobrado, dá um R\$1,4 bilhão. O objetivo, nas contas da CNA – é chegar, com R\$2 bilhões do Governo com mais ou menos 2 bilhões dos produtores, aos R\$4 bilhões. Estamos trabalhando desesperadamente para dar eficiência a esses valores.

Quanto aos valores, eu acredito que, hoje, a Fazenda, por muita influência da Casa Civil, tem dado um tratamento diferenciado ao problema do seguro. Antes, era o seguro do choro, da imploração. E nós nos recusamos a tratar o seguro dessa forma. Eu não vou lá implorar seguro; o seguro é obrigação de Governo, por obrigação de abastecimento, de garantir as próximas safras e a próxima produção. Se o Governo tem a principal função no abastecimento, ele que arque com a maior parte do seguro, e o produtor que tem o interesse comercial que pague a sua parte.

A única discordância minha com o Ministro Alysson é apenas a de que eu, talvez por ter menos otimismo com relação às empresas – não se trata até de ser uma característica negativa das empresas, mas eu não conheço nenhuma empresa que assume um risco e não o passe para frente. Vocês me contem onde é que estão essas empresas, porque, na minha pouca experiência, mínima, diante da do Ministro Alysson, eu não acredito que uma Bunge, uma *trade* vá entrar participando de um seguro de tantos por cento e não vá cobrar a fatura. Eles passam os custos para frente, mas o produtor é tomador de preço. Ele vai passar esse custo para quem? Então, não há como transferir isso! Eu não enxergo isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Entra na cesta do custo do produtor.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– É a famosa cesta, que tem uma série de custos que acabam chegando ao preço final.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD - TO) – Então, o que eu pedi ao Ministro Alysson, quando apresentou a proposta – e eu tenho todo interesse. Para mim, como disse o Gallassini, não há nada mais importante do que seguro, nem Código Florestal, nem questão indígena, nada! Sem o seguro não há agricultura. Isso é um obsessão. Estamos desde 2008 trabalhando com o Governo – com o Tesouro, Fazenda –, com a maior paciência do mundo, para chegar a um acordo construído. Não adianta só as entidades construírem o acordo e, depois, chegar com ele pronto. Eles pulam lá longe, e são mais três anos para decidir sobre isso. Então, a nossa proposta é muito similar à do Gallassini. Por quê?



Eu até pedi que ele repetisse o terceiro ponto. Eu conheço o terceiro ponto, mas ele falou um pouco resumidamente, pela pressa, e talvez os colegas não tenham compreendido. É exatamente o terceiro ponto do seguro que ele disse, e no que estamos trabalhando.

Não existe nenhum segredo. Transparência. Nós temos que ter a central de risco, que vai mostrar que o Moka tirou dinheiro da *trade*, tirou dinheiro do vizinho, tirou dinheiro da multinacional, tirou dinheiro de banco porque, quanto mais transparente ele for, se sou eu que vou emprestar dinheiro para ele, vou saber se ele ainda tem capacidade. Se eu tiver confiança na capacidade dele, eu vou baixar o meu juro.

Agora, acerca do seguro, o nosso palestrante está correto: 100% de seguro são 100% de crédito. Não precisa crédito oficial, mas ainda iremos precisar, sim, de seguros com subvenção. Ainda há parte da agricultura que não pode dispensar isso por conta das distâncias e das dificuldades regionais do País.

Outra questão, essa ainda, a central de risco. A organização das informações de crédito no País não existe. Existe a parte bancária. Se você for ao Banco do Brasil, o Brasil inteiro sabe o que o banco emprestou para o produtor. Fora isso, não existe informação. A informação é zero. Ah, mas cada um tem a sua vida particular. Concorro. A central de risco não é obrigatória, existirá apenas se produtor quiser, mas se quiser participar dos programas também de subvenção. Então a transparência tem um ônus e tem um bônus.

Outra questão, cadastro de seguro. O que é um cadastro de seguro? É exatamente o que o Gallassini disse. É a informação de quanto você produziu nos últimos cinco anos, qual foi a sua área, qual foi a sua produtividade, quais foram os insumos que você usou. Exatamente para mensurar o risco dele e para vigiar, como se fosse uma extensão rural indireta. Ou ele aplica a tecnologia ou ele não vai receber o seguro.

Então, a única forma de dar honestidade e clareza ao seguro é você medir a produtividade. Não tem conversa. Qual foi a produtividade dos últimos cinco anos? Reduziu. Cadê as suas notas fiscais, o que você investiu na sua lavoura? Cadê as suas compras de insumos? Quer dizer, isso vai dificultando. Comprar nota não é uma coisa comum no campo.

Então, e por fim, o cadastro da subvenção. Nós precisamos ter um mapeamento nacional de quem é quem. Eu tenho amigos que são grandes produtores e conseguem tirar subvenção com juros subvencionados numa boa, em uma propriedade em condições muito mais favoráveis do que outros que não têm.

Então, esse cadastro da subvenção, essa transparência, enfim, é necessária. “Ah, mas é tão simples o que você está falando, o Gallassini faz”. Faz porque ele é uma cooperativa eficiente, como é, e capaz, que comanda com mão de ferro. Agora, imagine colocar cinco milhões de produtores em três cadastros.



Há muito, estamos lutando para conseguir fazer o que o Gallassini faz na cooperativa dele.

Tem de ter um acerto com os bancos, Febraban, seguradora, Tesouro, Fazenda, Agricultura. Esse cadastro vai ficar na Fazenda? Não pode ficar na Fazenda porque os produtores vão desconfiar. Nós temos que encontrar o lugar certo. Nós estamos trabalhando, talvez que seja lá no IBDagro. Já é um acordo, todos estão aceitando, e a CNA poderia administrar esse cadastro sem que o Poder Público perdesse o controle, para os produtores terem mais confiança.

Então, isso tudo estamos tentando construir. Nesse Plano Safra, já tentamos horrores mudar a inversão da safra. O Governo está sabendo dessa inversão, é necessária. O Plano Safra da outra safra tem que ser lançado em setembro, agora, deste ano. Se deixarmos, vai ser lançado em julho do ano que vem, em junho do ano que vem, como foi neste ano. Tem que ser agora porque tem gente que planta de outubro até janeiro, no País.

Então, como não tenho como diferenciar, tenho que lançar o Plano Safra em setembro, para as pessoas se planejem, se organizarem inclusive com relação ao seguro.

Agora, qual a outra coisa importante? O Cesário estava dizendo que, acerca da aftosa, há o fundo da aftosa, ou seja, cada um paga um percentualzinho nos seus Estados e combate a aftosa. Esse seguro, essa taxinha que ele citou tem que ser o seguro obrigatório porque, quando você faz o seguro obrigatório, todo mundo tem que pagar, e ele fica desse tamanhozinho.

Então isso também faz parte da proposta para que possamos diminuir o custo, que hoje está variando entre 7% a 11%. O Gallassini dá conta de 5,25% porque tem o controle sobre os seus, ele sabe para quem emprestar. Ele chama a seguradora e fala: “aqui paga”, e a seguradora vapt, com o custo lá para baixo.

Essa questão do seguro na mão do produtor, isso é um negócio maluco. Quer dizer, eu pago o seguro, mas quem escolhe a minha seguradora é o banco, porque não há como fazer a subvenção direta para mim porque não há central de risco, não há central transparente. Então, com essas três – a central e esses dois cadastros que aqui mencionei –, vamos poder, tranquilamente, dar o seguro na mão do Moka, produtor rural; ele chama meia dúzia de seguradoras, dez ou trinta: vem cá, quanto é que vocês vão cobrar de mim aqui? Minha vida está aqui, eu produzi isso nos últimos cinco anos. E vai dar autonomia para ele negociar.

Então, como vamos fazer isso? Estamos fazendo um teste em Goiás, com o Governo. O Governo, a duras penas, conseguiu fazer um modelo em Goiás. Estamos fazendo um teste, em Goiás, porque não temos condições de fazer no Brasil inteiro, porque ninguém conhece a vida do produtor. Isso ainda é um quadro negro.



Então, na hora em que tivermos a nossa central de risco, cadastro de seguro, cadastro de subvenção, tudo isso articulado e montado, acredito que vamos virar a Coama. Esse é o nosso objetivo, que não é do dia para a noite, mas temos de persistir e chegar até lá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Muito bem.

Com a palavra, agora, o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, senhores debatedores, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início desta reunião, tive a oportunidade de oferecer a V. S^{as} algumas sugestões, que representam curiosidades da minha parte, para melhor me esclarecer sobre a questão do seguro rural. Quero confessar a V. S^{as} que todas as indagações e preocupações que eu tinha foram perfeitamente esclarecidas por todos os senhores. Cada um, abordando diferentes aspectos da questão, atendeu a minha curiosidade a respeito.

Não preciso alongar-me a respeito das respostas que V. S^{as} deram. Eu apenas gostaria de ressaltar, como conclusão do que ouvi, que realmente falta gestão por parte do Governo. Ela é absolutamente inexistente. É a conclusão que tive da explanação de V. S^{as}. E cheguei à conclusão de que a única condição de resolver a questão do seguro agrícola, sem dúvida alguma, é a sua ampliação institucional, baseado nas propostas que V. S^{as} ofereceram e também nas sugestões apresentadas pelos Srs. Senadores.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria, porque saio absolutamente convencido e satisfeito das explicações feitas pelos debatedores, eu gostaria apenas de cumprimentar a todos, esperando que o Governo, em razão das providências que a Comissão de Agricultura tomará, leve em consideração as observações feitas por V. S^{as}.

Gostaria também, Sr. Presidente, de dizer a V. Ex^a que deveria estar presente aqui também um representante do Governo para estabelecermos o contraditório. Não houve esse contraditório aqui. Sinceramente, seria muito importante a presença, talvez, até do próprio Ministro da Agricultura ou do Ministro da Fazenda, enfim, alguém que pudesse justificar, perante todos nós, a falha de gestão do Governo da República.

Meus cumprimentos a todos pela presença e pela explanação que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)

– Obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. ANTONIO LICIO – Apenas uma informação.

O Governo foi convidado, só que o diretor do Departamento de Seguro foi exonerado entre o convite e esta audiência.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Então, está explicada a falta da presença do Governo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB - MS) – Está explicado, mas não convencido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Naturalmente, foi exonerado porque a coisa não funciona direito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Estou aqui mais para ouvir os nossos mestres, o nosso querido amigo, Ministro Alysson Paulinelli, e os demais, que naturalmente estão representando as suas entidades.

Entretanto, o assunto “seguro” foi uma das lutas, uma das bandeiras do finado Senador – querido amigo particular, que V. Ex^a conheceu muito em e que, imagino, todos aqui conheceram – Jonas Pinheiro já lutava lá atrás. Há horas estamos ouvindo em relação ao seguro no Brasil.

Entretanto, como bem disse nosso Presidente, e é tão pouco significativo o valor de R\$4 bilhões para o País, que hoje tem de 30% a 40% da sua economia calcada na atividade rural, e o Governo não dá um tratamento, não todo especial...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas aqueles R\$4 bilhões, como disse a Rose, da CNA, hoje em dia não seriam R\$4 bilhões, seriam mais de R\$5 bilhões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM - MT) – Mas um a mais ou um a menos, numa economia pujante como a nossa, é irrisório.

Quando se discute a questão do seguro, acho que o contexto é muito maior em relação não só ao seguro e outras políticas públicas voltadas para essa atividade econômica do nosso País.

Quando vocês falam em milho, realmente – particularmente sou de uma região produtora aqui do Mato Grosso – o preço do milho praticado lá não é nem R\$10,00; é R\$9,00, e olha lá. Não há comprador. Está a sol aberto, já começou a chuva, já ocorreram duas ou três pancadas grandes de chuvas nesses últimos seis dias; já choveu muito. Tenho propriedade no norte do Estado, ao longo da BR-163.

Pergunto e indago: como é que fica o produtor rural, o coitado do produtor rural, que planta com muita dificuldade, muitos deles, agora, não têm nem local para fazer a armazenagem de sua produção?



Saindo daí, ainda há questão de logística, de infraestrutura no Brasil, que é precária. Nós que estamos distantes dos portos, a mais de 1.200km, 1.500km, pergunto: como é que faz para produzir nesse País?

Quando o senhor fala da questão do combate à aftosa, não é tão pouco no Mato Grosso. Pagam-se R\$20,00 ao que se chama FETHAB; parte disso aí é destacado para o Fefa, que paga o produtor rural que faz o combate. Entretanto, o Fefa colabora ainda, sobretudo na faixa de fronteira. Apanhamos dinheiro desse fundo e vamos fazer a vacina na faixa de fronteira com a Bolívia; caso contrário, vai entrar para Mato Grosso também a questão da aftosa.

Há um conjunto de medidas que tem que ser tomado. Infelizmente o Governo não tem dado o tratamento que merece a essa área de produção no Brasil, que, hoje, indiscutivelmente, colabora sobremaneira com a nossa balança comercial. Imagino que, pelos dados que temos visto, 40% da economia do Brasil praticamente estão no campo brasileiro. E tem sido penalizada não só na questão do seguro, de crédito agrícola, que, como a nossa amiga Senadora Kátia Abreu disse, está praticamente acabando. Ele tem que ser anunciado agora, no mês de outubro, para o produtor planejar para o ano seguinte. Mas tudo aqui é feito de forma açodada, é assim que são tomadas as devidas providências e, com isso, quem paga o pato somos nós de lá.

De maneira que acho que, quando se trava um debate aqui, meu caro Presidente Acir Gurgacz, é fundamental; sobretudo a nossa Comissão tem um papel preponderante para ajudarmos a construir, naturalmente, proposta e levarmos ao Governo. Quando o Senador Ruben Figueiró diz que está faltando um representante do Governo Federal, é verdade. Se foi demitido o diretor do seguro lá, alguém teria que vir aqui; o Ministro da Agricultura ou sei lá quem, o representante da Casa Civil do Governo, do Ministério da Fazenda teria de estar aqui para nos ouvir, e, sobretudo, trazer uma proposta mais concreta.

Amigo Zé Haroldo, a sua cooperativa é uma referência, e, para chegarmos aonde chegou a cooperativa, não é fácil. Temos que iniciar um trabalho, jogar a semente agora e, aos poucos, essa semente, com certeza, vai render bons frutos. Não podemos continuar nessa insegurança, nessa intranquilidade, sem ter um tratamento diferenciado, ou seja, um tratamento especial.

Fui aos Estados Unidos a uma exposição agropecuária, Ministro – se me permite, Presidente, estou concluindo –, em Houston, uma das maiores exposições agropecuárias do mundo, e tive a curiosidade, ao chegar lá, de verificar os automóveis que estavam nos *stands*. Vi umas caminhonetes bonitas e até interessei. Havia um cidadão me atendendo – era cidadão colombiano, naturalizado americano; ele e a esposa tinham duas vans e, nas horas vagas, atendiam turista nos Estados Unidos, sobretudo naquela região de Houston, Denver, etc – e perguntei para ele o porquê da diferença entre a placa do produtor e a placa de outro cidadão comum. Falaram: “Seu Jayme, aqui o produtor rural é



visto como gente séria, como trabalhador, como quem produz, etc. Quando há uma *blitz*, quando se vai abordar o cidadão, pela placa do auto dele, dá para saber que ele é um cidadão de bem, que ele é um cidadão trabalhador, um cidadão honrado. Quer dizer, o tratamento que nós oferecemos a ele é um tratamento diferenciado; ao outro cidadão, já chegamos mais preparados, com a mão na pistola, com a lanterna na mão, focando o rosto cara dele etc.” Eu disse: “No Brasil, é diferente. Com o produtor, é na taca. O produtor não tem esse tratamento, por incrível que pareça! Quando ele é parado na *blitz*, já veem se ele está com revólver, se está com o documento certo. Se ele não estiver, às vezes, o policial quebra até o lacre do carro do cidadão. Então, existe um tratamento diferenciado.”

Então, são vários assuntos, várias prioridades que temos que tomar, sobretudo nessa questão do seguro. É fatal! Não é fácil, como o Licio disse aqui, não é fácil. Mas nós temos que chegar ao dia de, de fato, concretizarmos aquilo que é o sonho de todo homem do campo brasileiro.

Precisamos de uma extensão rural melhor? Precisamos. A extensão rural no Brasil ainda é fraca. Há alguns Estados privilegiados – imagino que o Paraná, São Paulo, as próprias Minas Gerais –, mas no Mato Grosso, particularmente, a extensão rural acabou. Foi praticamente extinta. Até porque não foi dado prioridade. Isso é política de Governo. Imagino que teria que ser priorizado pelo fato de ser um Estado agrícola, um Estado que tem a sua atividade calcada na produção agrícola, que tem uma receita com potencial fantástico, pelo fato de o homem do campo contribuir com a arrecadação do ICMS e de outros tributos originários da produção rural.

De maneira que quero aqui, meu caro Presidente e senhores convidados, dizer que é muito oportuna, é pertinente esta audiência. Eu tenho a sensação de que, através da promoção de eventos como este, é que o Senado Federal e as entidades aqui representadas poderão contribuir, com certeza, com uma política pública decente, que é o que o produtor, o homem do campo brasileiro, precisa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, agora, o Senador Casildo Maldaner, para as suas colocações.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Caro Presidente Acir Gurgacz e nobres debatedores e colegas, eu serei breve.

Eu estava folheando aqui a proposta da Coamo. A Coamo é uma grande cooperativa do Paraná – aliás, o Aroldo é de lá. Eu, à época, fui diretor-presidente do BRDE, que atinge os três Estados do Sul. Eu, que sou catarinense, tenho participado muito, inclusive, em vistas à Coamo e assim por diante, e estava aqui folheando essa proposta extraordinária, suas ideias, umas linhas. Aqui fala



que, no Plano Safra 2013-2014, a proposta de R\$700 milhões tem diminuído. Mas aqui parece que há um caminho que a Coamo – que é do ramo – levantou, fazendo referência até aos pronafianos, aqueles que vêm do Pronaf; até para eles. Quer dizer, uma proposta que se baseia nos custos dos Municípios; uma proposta extraordinária essa aqui!

Nós, da Comissão da Agricultura, juntamente com o Governo, temos que ver como vamos ajudar a colocar em prática isso. Eu acho que temos que buscar... Eu aqui pego até uma carona no que disse o Senador Jayme, que nós temos dezenas e milhares de toneladas de milho e de grãos no Estado do Mato Grosso e em outros lugares ao relento, a céu aberto. Eu diria, até, que o nosso produto é um alimento exposto e sem teto, de um certo modo; sem teto porque é um alimento, um produto que agrega, que se transforma em carnes e assim por diante e é capaz de alimentar não só os brasileiros, mas o mundo. Não é um negócio como o Minha Casa, Minha Vida, mas é um negócio sem teto também. Não é isso? Falta segurança para isso.

Eu acho que nós temos que montar um movimento forte, Acir, junto ao Governo, colocar o Ministério da Agricultura para ser, na verdade, um agente. Se for preciso, vamos bater na mesa, aliás, até recordando os tempos do Ministro Paolinelli.

Nos idos de 1970, Senadora Ana Amélia, ele era Ministro da Agricultura e eu, Deputado Estadual, de Santa Catarina. Nós íamos aos congressos que ele realizava. Nunca me esqueço de um na Assembleia Legislativa, no Palácio Farroupilha, em Porto Alegre, em que ele deu uma palestra extraordinária.

No início da questão de soja surgindo no Brasil, alertava para o movimento que isso daria, o movimento econômico e a balança comercial do Brasil. Hoje, na verdade – e a Senadora Ana Amélia tem dito várias vezes aqui na tribuna – o que equilibra o Brasil é o agronegócio, a agropecuária. Por isso, essa tensão para isso, para o seguro. Acho que é alguma coisa que oferece até uma segurança para o País.

Sei que aqui o Senador Delcídio do Amaral é muito forte, é um homem muito ligado à economia, tem um trânsito em todos os setores do Governo. Acho que todos, juntos, podemos criar um movimento aqui para colocar a coisa... Isso significa segurança para o Brasil.

Então, quero deixar aqui, Acir, meus cumprimentos a V. Ex^a, ao Ministro Paolinelli, aos demais debatedores por essa audiência pública.

Em resumo, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra agora, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Um breve comentário e um questionamento.



Ao sair para a Comissão de Relações Exteriores, onde fiz a relatoria, fiquei pensando na racionalidade proposta pelo Antonio Licio, quando falou que trabalha há tanto tempo, tem uma *expertise* no setor, na área pública. De fato, o melhor dos mundos para o Brasil seria a simplificação e um sistema que funcionasse para evitar essas manchetes de 700 milhões que não foram aplicados.

Agora vou fazer uma ironia até: se faz funcionar o sistema como acontece em todos os lugares do mundo, como o senhor vai fazer aquela pompa e circunstância no Palácio do Planalto, com aquele anúncio bonito, vindo todo mundo, uma festa? Acabamos com a festa, que é uma forma de se aproveitar política e desnecessariamente, gastando energia, porque vem muita gente e você frustra. Há até uma falta de entendimento sobre essas coisas.

Eu fiquei muito feliz. Seria muito bom se essa racionalidade que o senhor colocou aqui funcionasse. Seria melhor para o Brasil na posição em que está. Não é preciso mais fazer toda essa encenação quando o que precisamos é resolver a logística, baratear o custo, porque ainda estamos, como mostrou o Ministro Paolinelli, com um custo extraordinário, quando se mostra no mundo o que pagamos. E aqui aquela cena: vimos um estádio de futebol de Primeiro Mundo, construído em tempo recorde, mas, no mesmo dia em que a gente viu essa cena da fiscalização da Fifa, aparece o Mato Grosso com uma montanha de trigo e soja ao relento, porque não tem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Milho e soja. É milho, não é? O milho está lá ao relento. É contraditório tudo isso para o nosso País.

Ouvi a exposição do Ministro Paolinelli, da Rosemeire e do Dr. Aroldo, da Coamo, que foram muito precisos sobre sistemas. O dele fala muito do sistema americano, que é o mesmo da representante da CNA. O Ministro Paolinelli, penso, buscou um desenho diferente de compor esse crédito agrícola para compartilhar, porque todos que trabalham com insumos, fertilizantes e máquinas agrícolas têm interesse. Quando arrebenta a corda só no agricultor, vai depois estourar também no endividamento, em um passivo que, em alguns casos, temos há muito tempo – no caso, a Coamo tem um sistema controle climático, estimativa com muito rigor para fazer isso. Depois de ouvir as exposições, pergunto: como a gente constrói uma alternativa que compatibilize essas três propostas, Ministro Paolinelli?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só uma carona com a Senadora Ana Amélia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Acabo de receber uma mensagem do meu filho que mora na Alemanha. Ele faz referência ao Plano Safra. Discutimos aqui no Senado, eu e a Senadora Ana



Amélia discutimos que não foi aplicado ainda o Plano Safra para a regulamentação da fazenda, para investir, por exemplo, na armazenagem, para investir nisso, fazer os planos. Ele só diz aqui uma frase: "O seu pai discutiu o Plano Safra. Agora, diz que até tem grão sem teto. Claro, o teto foi investido em estádios...". E põe reticências.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Casildo e Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao nosso querido Ministro Alysson Paolinelli.

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Com muito prazer, eu vou procurar esclarecer o que efetivamente estamos verificando. Todos nós aqui ouvimos a nossa representante da CNA, Rosemeire Cristina dos Santos, que participou das primeiras reuniões. Foi pena que ela não pôde, não sei por que razão, participar de todas, porque a Senadora não teria a dúvida que da outra vez ela levantou aqui de que a empresa vai criar uma taxa a mais. Peço à Rosemeire que nos ajude a fazer esse esclarecimento a ela, porque, sinceramente, na minha idade eu não iria querer mentir a ninguém.

O que nós discutimos foi a redução da atual taxa de risco no preço existente. Ninguém discutiu. Hoje, ele já tem, no caso por exemplo dos insumos, uma taxa de 3% de risco que eles estão dispostos a reduzir para 1% ou 1,5% e entregar a esse sistema aqui o restante. Eu não viria nunca aqui pedir mais pagamento, ao contrário. A minha visão, juntamente com a da Senadora, é de aliviar o produtor com a eficiência do sistema. Se ela quer estatizar, eu tenho absoluta certeza de que vamos ficar exatamente como estamos nesses últimos 50 anos.

O Proagro, que eu lancei hoje, desculpe-me, é uma trapaça. Eu não sei como os fiscais dos gastos públicos ainda não verificaram o subterfúgio da lei para diretamente o Tesouro subsidiar a ineficiência de um sistema produtivo. É um nó que se deu. Portanto, eu gostaria de deixar bem claro que não há divergência. E até perguntaria se a CNA tem uma proposta. Eu nunca soube que ela tinha uma proposta diferente da minha.

A única coisa que houve foi a Senadora me contestar dizendo que ela não aceitava o produtor pagar mais. Eu acho que é o contrário. O que eu posso efetivamente garantir é que estamos discutindo sobre números atuais. Infelizmente, a representante dela não pôde participar das reuniões, não sei a razão, e a gente poderia ter tido uma solução melhor, mais rápida.

Na específica situação que estamos propondo, queremos que todos os agentes responsáveis participem. Sabe por quê, Senadora? Porque para o Governo vai ser muito difícil dar um calote. Mas é lógico, se o produtor está participando, se o setor produtivo em todas as suas fases está presente, acho que fica muito difícil para o Governo dar o calote.

Eu apoiei 100% a proposta da Senadora? Lógico. Eu apoiei 100% a proposta da Senadora quando ela chamou atenção para esse problema que ela



repetiu aqui hoje – e ela tem toda razão –, que é o descompasso no plano de safra de um ano com o orçamento que é praticamente bianual. Vou ser muito franco com a senhora, não será desculpa do Governo. Nesse sistema de fundos o Governo entrará, quando aprovar, com o dinheiro, só que ele tem que entrar. A única diferença é essa. Não é prometer e não entrar.

Eu tenho a impressão de que o que nós estamos propondo é uma gestão autóctone. Os quatro interessados vão eles mesmos decidir. Eu não quero decidir nada pelo produtor, nem pela empresa de seguro, nem pelo Governo – eu não sou governo mais –, nem pelas indústrias que vão participar com recursos. O que quero saber é que vai ficar garantido. Se pegarmos pelas arrecadações deste ano, já teremos R\$3,2 bilhões e duzentos, se o Governo pagar, naturalmente, porque senão caem R\$700,00. Mas, de qualquer forma, nós já vamos ter muito mais recurso.

Eu vou dizer, sinceramente, que, no Brasil de hoje, esta proposta que eu estou fazendo, funciona com ou sem Governo; com ou sem Governo. O seguro rural passou a ser uma exigência grande não só do produtor; o banco sabe disso, a produtora de insumo sabe disso, de máquinas, o comerciante, o exportador, todos eles sabem disso. E aí foi o meu trabalho: procurar saber até onde ele está disposto a participar e pagar. E ele topou. Não foi culpa minha nem efeito meu. Eu estou colocando na mão do Governo: “Olha, está aqui, pega e faça”. Não sou eu quem vou fazer e nem esse plano é meu; esse plano estava em andamento aí. O que eu notei é que ninguém havia tomado a iniciativa de ir lá e discutir. “Qual é a atual taxa de risco de vocês?” Eu encontrei taxa de risco de 1.6% a 3% das empresas fornecedoras de insumos. Abriram o leque. Eu falei: “Poderíamos ter a garantia de vocês que, com a perspectiva desse seguro, vocês abaixariam isso?” “É lógico! Nós vamos querer concorrer. Nem um de nós vai querer encarecer o produto em relação ao outro. Se o seguro cobre, o risco aqui é só o da safadeza, e o da safadeza nós sabemos que administrar.” Está certo?

Então, eu quero deixar bem claro isso. Eu não tenho proposta própria. Isso aqui é uma sugestão para resolver o problema.

A CNA disse que tem outra. Eu gostaria de estudá-la porque, às vezes, é como você disse, é a mesma. Agora, eu vou ser franco: se a CNA confia no Governo, eu não confio não. Acho que ele não tem estrutura para fazer uma gestão de um dos pontos mais fulcrais que eu conheço no mundo inteiro, que é administração de taxa de risco. Isso, eu acho que, se ele abrir mão, nós vamos ter solução, e a solução, repito – o Licio tem razão –, será o seguro mais sutil, mais barato e mais competitivo do mundo. Isso eu posso garantir. Não sou quem vou fazer isso. Eu já nem tenho idade mais para isso, apenas estou sugerindo o que está aí. Eu não estou inventando nada. Encontrei isso quase pronto, praticamente pronto. A única coisa, pela experiência que a gente tem desde o Proagro, que eu que lancei e vi no que deu, e por outras coisas que eu tenho analisado em outros países, é que vi que é perfeitamente possível fazer uma gestão quadripartite, cada



um com a sua responsabilidade e, ao invés de pagar o que nos estamos pagando, de 8% a 11%, pagarmos efetivamente como produtores de 2% a 3% . E o Gallassini demonstrou isso e disse que é perfeitamente possível.

Essa é a posição que eu gostaria que vocês analisassem. Estou deixando por escrito a sugestão. Não toquei em gestão de lado nenhum. Eu acho que os produtores, via CNA e outras instituições, têm de montar um sistema de assessoramento especial de risco, de análise de custo etc., etc., para eles se defenderem aqui dentro, como acho que as seguradoras também já têm isso e vão ter a oportunidade de encontrar contrapartes para dialogarem. As indústrias vão ter de se preparar para isso; elas vão ter de demonstrar e elas vão baixar as suas taxas de risco já cobradas. Hoje quem compra um quilo de defensivo está pagando 3% de taxa de risco. Transforma isso no seguro que ele não vai pagar.

Será que eu estou inventando coisa? Não estou inventando coisa. Eu estou disposto... Gostaria de acharmos solução. Eu parabeno os Senadores que estão preocupados. Eu fui até presidente da CNA e venho aqui parecendo que estou contra a CNA. Ao contrário; eu sou o maior fã dela. Acho que ela está fazendo um brilhante trabalho e não estou apresentando nada contra.

Se ela confia em que o Governo é capaz de fazer, então, nós estamos em linhas divergentes. Sinceramente, nesses anos todos, o Governo demonstrou que não é competente para isso. Se ele está disposto a resolver de forma racional esse problema da gestão do risco, teria o maior prazer de ajudar, onde for, para funcionar. Se ele não quer, vamos realmente dar a mão à palmatória e fazer o seguro estatal que os Estados Unidos faz, mas que custa, ao Tesouro Nacional, alguns bilhões, trilhões de dólares ao contribuinte. A diferença só é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Ministro Alysson Paolinelli.

Eu quero fazer um encaminhamento. Eu vou dar a palavra a todo mundo, mas, antes de passar a palavra, eu quero fazer um encaminhamento: que a nossa assessoria faça uma consulta aos nossos consultores, um estudo sobre o que ouvimos aqui para que a gente possa debater uma proposta aqui, na próxima semana, na Comissão de Agricultura. Que possamos, Senadores, Senadora Ana Amélia, Senador Delcídio, Senador Casildo Maldaner, levar uma proposta ao Governo de acordo com o que ouvimos aqui. Então, peço a nossa assessoria que faça uma nota técnica que a gente possa discutir aqui – se os demais Senadores concordarem com essa proposição – e, dessa forma, contribuir, sugerir ao Governo uma alternativa. Enfim, que tenhamos um encaminhamento desta reunião; senão, vamos ficar apenas no bom debate. Foi, de fato, um excelente debate; ouvimos e aprendemos bastante e, particularmente, eu já tenho uma posição formada quanto a isso. Mas nós temos, através da assessoria, uma nota técnica seria importante.

Senadora Ana Amélia.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu só queria, porque a CNA foi citada, muito referida, ouvir a Drª Rosemeire, apenas para deixar equilibrada a questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Antes disso, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Primeiro, quero parabenizar todos os convidados, pessoas ilustres, competentes. Tenho uma grande história com o Ministro Alysson Paolinelli. Eu estava falando com a Senadora Ana Amélia: que ministro foi o Ministro Alysson Paolinelli quando esteve à frente da agricultura brasileira!

Mas eu queria fazer um registro muito rápido, até porque cheguei no final da audiência, estava na Comissão de Relações Exteriores. Eu vivi um pouco essa experiência de seguro e, melhor dizendo, resseguros. Eu tive a oportunidade, como Senador, de estudar muito bem um organismo chamado IRB. Eu sei o que isso representa. Portanto, eu acho que as alternativas de mercado estão aí. Alguém disse aqui, acho que foi a Senadora Ana Amélia ou o Lício, que existe uma música de um grande amigo lá do Pantanal, Almir Sater, que diz assim: “E a calma é irmã do simples. E o simples resolve tudo.” O Brasil precisa de simplificar suas coisas. O Governo precisa de se envolver naquilo que efetivamente é importante sob o ponto de vista social. O restante, as empresas, os produtores fazem o seu papel e muito melhor que o Governo.

Com essa ideia do seguro eu também não concordo. Sou da Base do Governo, sou Senador do PT, mas não concordo com isso. No meu ponto de vista, isso é um retrocesso; é um retrocesso. Estão aí as instituições em condições de, com os produtores, com as associações, efetivamente trazer alguma coisa que beneficie o agronegócio, que hoje é responsável pelo PIB ou pelos números que temos apresentado. Se o agronegócio não tivesse a pujança e não tivesse ignorado esse nhe-nhe-nhem do restante dos outros segmentos e do que se fala aqui em Brasília e em alguns outros centros importantes do País, nós não teríamos contribuído, como temos, para o crescimento do PIB.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, juntamente com Mato Grosso e Goiás somos, sim, os Estados emergentes deste País. Nós crescemos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Rondônia também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Abrimos uma exceção aqui. Nós crescemos, e Rondônia também, a números absurdos. Nós estamos absolutamente descolados do crescimento do Brasil. Nós crescemos a 6%, 7%. Portanto, é o Brasil profundo, porque quem vive de costas para o Brasil, especialmente no litoral, não entende e, lamentavelmente, não conhece. Então, é extremamente bem-vinda esta audiência. Eu não pude estar presente desde o início, porque algumas comissões funcionam simultaneamente,



e a gente vai dividindo aqui os nossos espaços, mas essa discussão é importante, primordial.

Nós não podemos retroceder. Já chega o drama que nós vivemos anteriormente. Eu acho que o mercado, junto com os produtores, com o próprio Ministério da Agricultura, que lamentavelmente não esteve presente aqui pelas razões expostas pelo Antonio Licio, eu acho que o momento é esse.

O papel da Comissão da Agricultura, meu caro Senador Acir, é subsidiar o Governo com ideias que venham ao encontro do que aqueles que fazem o agronegócio esperam de todos nós.

Então, eu não podia deixar de destacar isso, mas queria falar mais de logística, de armazenamento, porque falam de logística, mas armazenamento vai muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Senador Delcídio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu não falei que o Senador Delcídio do Amaral tem de participar disso para nós encontrarmos uma saída porque o homem é da área!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– É da área!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É do pedaço, como diz na gíria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Eu recebi informação de que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está aqui representado pela Secretaria de Política Agrícola, pelo Dr. Vicente de Paula Diniz, que me pediu que fizesse o registro. S. S^a, apesar de presente, não teve assento à Mesa porque não foi deliberado no início.

Vamos ouvir a Rosemeire, representando a CNA, que tem dado sempre grande colaboração para os nossos debates aqui na Comissão.

A SR^a. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada, Senador, obrigada Senadora Ana Amélia.

Ministro Alysson Paolinelli, nós estivemos em três reuniões discutindo essa proposta do senhor e após essas três reuniões nós não recebemos mais nenhum convite para participar da discussão. Por isso a CNA não acompanhou mais profundamente. Estivemos em duas reuniões lá na sede da Sociedade Rural Brasileira e uma reunião no gabinete da Senadora Kátia Abreu. Após isso, nós não participamos mais.

Em uma dessas reuniões, o senhor admitiu que o custo que adviria desse novo modelo seria absorvido pelo mercado e que o produtor no ano seguinte nem se lembraria disso. Então, não deixa de não existir um custo. Mas eu não vou entrar nesse mérito. Eu só quero fazer uma observação: todas as propostas sempre consideram a subvenção do Governo, inclusive o senhor, com R\$700 milhões, se ele vier. Eu não critico e digo que o programa do Governo é



ruim. É um programa bom. Ele não atingiu o estágio de maturação que ele precisa ter. A defesa que a gente faz do seguro não é um seguro estatal, não é um seguro 100% subvencionado, até porque um seguro 100% subvencionado é um equívoco de política. Cem por cento subvencionado deixa de ser incentivo para o produtor e passa a atrapalhar produtividade, investimento, desafio. Ninguém vai investir naquilo que ele sabe que vai ter retorno. Quando ele fala que o setor depende de R\$5,2 bilhões para assegurar toda a sua área plantada, o produtor vai arcar com 50% disso. Agora, se nesses R\$2,6 bilhões a indústria quiser assumir parte desse valor sem trazer ônus para o produtor, não há nenhuma objeção. A nossa proposta é melhorar esse ambiente institucional de forma a atender produtor, seguradora e Governo, que hoje ela não atende.

A instabilidade da oferta do recurso, esse descompasso que há no Orçamento prejudica a todos: prejudica a imagem do Governo, prejudica a seguradora, porque as seguradoras têm um sistema de *compliance*, elas prestam contas lá fora, elas têm as parcerias com as resseguradoras, e tudo isso é comprometido quando há esses atrasos. É ruim na imagem para o País, porque passa que o Governo brasileiro é caloteiro, e é ruim para o produtor, porque ele planta pensando que vai ter um apoio, mas no final acaba não tendo. Então, essa instabilidade, esse problema é que nós criticamos a todo momento; não o programa de subvenção ao seguro rural, porque ele é bom, ele já deu seus resultados, já trouxe benefícios.

Nós já tivemos safras em que o Estado do Paraná conseguiu estabilizar a renda do produtor porque havia o seguro. Se não fosse isso, os produtores teriam um prejuízo de R\$22 bilhões. Então, ele é importante. Agora, ele precisa ser melhorado. O mercado precisa amadurecer, a política precisa amadurecer, e é isso que nós cobramos insistentemente.

É demonstrado pelo trabalho da Coamo: se organizar as informações dentro de um cadastro, conseguir estabelecer os cálculos atuariais corretos, conseguir fazer os programas conforme as necessidades do produtor, você tem um barateamento de seguro. Cai o preço para o produtor; cai o custo de subvenção para o Governo também.

Então, o que precisa? Medidas para desenvolver esse mercado, e o Governo não vai fazer isso sozinho. Nós também não acreditamos que o Governo é capaz de fazer o gerenciamento de risco do produtor e também não é bom para o produtor que o Governo o faça, deixa de ser um desafio, deixa de ser um incentivo e a política se torna ineficiente. Agora, é fato, hoje é preciso se organizar, hoje é preciso esse cadastro, hoje é preciso a regularidade da oferta de recurso. Prometeu 300, tudo bem, cumpra com os 300. Em cima dos 300, nós vamos trabalhar e vamos tentar organizar. Agora, que se cumpra o que foi prometido. Faça-se esse cadastro, que, com a informação correta, vai se reduzir o custo. Agora, se houver a capacidade da indústria em absorver parte do custo que



o produtor já tem, é bem-vindo, porque hoje a gente observa que o custo só tem crescido nas últimas safras.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Claro, por gentileza, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu queria fazer só uma consideração à Rosemeire, que foi muito didática. O problema, Rosemeire, é exatamente esse que você apontou. Só que a preocupação é a seguinte: o descompasso do Orçamento. O descompasso do Orçamento atinge todos os setores. Então, você tem, por exemplo, setores que não têm obras do Programa de Aceleração do Crescimento. Há emendas parlamentares ao Orçamento para educação, saúde, que recebem um tratamento diferenciado. Esse descompasso do Orçamento não vai acontecer só nessa área, esse descompasso é generalizado. Portanto, a gente partir de uma realidade que, lamentavelmente... Não vou entrar no mérito.

Fui relator do Orçamento Geral da União em 2008, o pior ano de todos esses últimos. Foi o primeiro Orçamento que o Congresso aprovou abaixo do que o Governo mandou, o que é uma coisa absolutamente surreal, por causa da crise.

Aprova-se um Orçamento a zero grau e, quando termina o Orçamento, ele está a 180°, é outro Orçamento. Então, um Orçamento tem contingenciamento, que dá condições para o Governo fazer mudança de rubrica. É muito complicado. Ou seja, pode ser uma ideia boa, mas a realidade não condiz com o que se espera, lamentavelmente. Há muitas distorções e amplas. O País inteiro, em vários segmentos, sofre com esse descompasso. Essa é a triste realidade. Não deveria ser, mas a realidade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio. Ouvi atentamente todos. Quando o Sr. Gallassini fez as suas explanações, ele fez a seguinte colocação: “O seguro deve fazer parte dos insumos do nosso produtor”. Então, essa é uma realidade nua e crua. Quer dizer, essa é a verdade mais clara que nós temos. A garantia, a única coisa certa que nós temos é que, se colocarmos como parte dos insumos, nós vamos ter o seguro. E eu não sinto tranquilidade. Vai-se repassar isso ao consumidor? É evidente que se vai acabar repassando. Faz parte do custo. Se nós colocarmos dessa forma, nós vamos tirar o Governo dessa responsabilidade, e a população vai pagar igualmente, porque, se vai pagar através do consumo dos alimentos ou se vai pagar através do caixa da União, quem paga é o consumidor, sempre vai ser a população brasileira. Estou certo, Senador Delcídio, ou estou divagando? Se nós colocarmos na cesta, nós vamos organizar a cadeia produtiva brasileira. Pelo menos entendo dessa forma.

Passo a palavra ao Presidente da Coamo.



O SR. JOSÉ AROLDO GALLASSINI – Eu queria completar dois assuntos e bem rápido. Eu tenho dito – pode ser que eu não esteja bem certo – que o Governo parece que está se conscientizando de que o mais viável para ele é subvencionar o seguro, porque, quando não havia seguro, ele assumia a frustração de safra do Brasil inteiro. E, então, ele tinha que prorrogar para os bancos, os bancos tinham que prorrogar para o produtor. Ele não dava esse dinheiro para o produtor, mas sai do Orçamento, porque é um valor astronômico. Então, ele deve estar se conscientizando, até pelos aumentos que estão havendo. E a gente tem que explorar este Governo, porque ele ganha mais subvencionando do que enfrentando sozinho a frustração. E o produtor fica pagando 25 anos a securitização lá.

Outra coisa que eu tenho dito para os nossos produtores quanto às seguradoras é que, nesse comércio, nós começamos a pagar pelo trigo 17%; depois, 13%; agora eu pago de 3% a 4% pelo trigo, ou 3,9%, e o seguro é 4%, 5%.

Bom, então, o que eu quero para os nossos cooperadores? Que todo o mundo faça o seguro. Parece que o Governo vai exigir que seja obrigatório ano que vem para quem financiar. Eu acho bom. Eu acho bom porque as seguradoras vão ter um ano sem frustração, dois anos, três anos. Vão formando um colchão. Eu até brinco com os produtores: “Sabem aquele colchão de palha, grosso?” Ela vai formando um colchão e, então, ela baixar a taxa. De repente, nem o Governo precisa subsidiar. De repente, nem precisa a subvenção.

Eu comparo isso com as telecomunicações. Dos primeiros celulares que chegaram eu reclamava muito. Eram caríssimos! Eu dizia: “São bons os celulares, só que são muito caros”. Agora há planos, como esse Plano Liberty, pelos quais, por cento e poucos reais, o cara telefona do jeito que quer. Barateou pela concorrência. Então, o seguro vai baratear também pela concorrência e pelo volume. Temos que explorar isso aí. É por aí.

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – Queria completar, fazer um gancho com o nosso Presidente Gallassini.

Isso que ele disse é muito importante. O que nós estamos propondo é sair de um programa oficial para um programa baseado na lei de mercado. Se o Governo está tão interessado em que a taxa baixe, por que, desde 2008, está aprovado o Fundo de Catástrofe e ele não disponibilizou um tostão até hoje? Sabe por quê? Porque ele não está interessado. Ele não tem nenhum interesse.

Pergunte aqui ao nosso Gláucio Toyama, que ele sabe muito bem disso. Vou repetir o que eu disse aqui. Vejam bem, seguradoras de seguros de vida tocam seus índices e 100% do risco é delas; seguradoras de automóveis tocam e praticamente 90% do risco é delas; no seguro rural, 10% é delas e 90%, das resseguradoras.

Se você não tem um fundo de catástrofe e um sistema bem organizado, as resseguradoras vêm aqui cobrando delas uma taxa que elas não



podem baixar. Esta é a diferença da nossa proposta. O que nós estamos propondo é o jogo do mercado, cada um dos quatro interessados defendendo o que é seu.

O Gallassini vai ter de estar numa comissão dessa levando as experiências dele e defendendo a posição. Acho que esta é a grande diferença: nós acreditamos na lei do mercado. É lógico. E estamos propondo, inclusive, solução para a área do Governo, para as indústrias dispostas a pagar. O que elas já cobram antecipadamente devolveriam, e o Governo precisa só honrar o dele. Por outro lado, há o fundo de catástrofe, pois, sem fundo de catástrofe, Senadora, pode se preparar, porque vai ficar de 8% a 11% *ad eternum*. Acho que essa é que a diferença que os Senadores têm de entender.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Ministro.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aqui, as pessoas acabam entendendo que a gente sai de uma comissão para outra. Não sei como é que transcorreu o debate, mas gostaria que fosse permitido que o Antonio Licio pudesse comentar algo. Não sei se ele já falou. De tudo o que já ouvi, há muita coisa que a gente já conhece sobre a experiência da cooperativa, mas ouvi algo pela primeira vez que me pareceu ser um raciocínio lógico. Não sei, Licio – e dei aula de Química e Física por 15 anos –, mas esse tipo de raciocínio me parece um raciocínio... Ele falou uma coisa assim: no momento em que tiver 100% de cobertura, a questão do crédito rural... E esse crédito também tem um custo! Então, queria ouvi-lo um pouco mais. Ele foi muito econômico na argumentação, mas me chamou a atenção.

Quer dizer, nós temos de considerar que a hora em que houver cobertura, o Governo... Porque tem a equalização. Quando se faz, como nós fizemos a securitização, o Governo, o Tesouro tem de equalizar os juros disso daí para o próprio Banco do Brasil.

Então, queria ouvi-lo – não sei se é possível – um pouco mais a respeito desse custo que o Tesouro, o Governo deixará de ter, quando essas questões todas também deixarem de existir: frustração, ressarcimento, o Governo tem de acudir a região que teve seca ou que teve chuva demais.

Não sei se ainda é possível, Sr. Presidente, mas isso realmente, de tudo o que ouvi, me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Estamos nas considerações finais e é exatamente a vez de o Dr. Antonio Licio fazer as suas considerações finais. Se quiser acrescentar algo, fique à vontade, Licio.

O SR. ANTONIO LICIO – Agradeço a atenção. Talvez até seja acima da minha proposta.



Esse assunto tem de ser tratado abrangentemente. Como o senhor falou, temos de tratá-lo junto com o orçamento do crédito e junto, talvez, com um orçamento de assistência técnica, com um orçamento de preço mínimo. Vamos jogar isso tudo dentro de uma panela e ver o quanto ficaria um orçamento de seguro, em termos de subvenção, para conduzir a política agrícola através do seguro. O senhor compreendeu, acho que todos compreenderam a minha mensagem de que o seguro seria a política agrícola; todos os demais seriam engajados, atados ao seguro rural. Então, isso, como eu disse, é complexo.

Vou dar mais um exemplo da complexidade. O Ministro Paolinelli fala em transformar o custo do risco que está embutido no preço dos insumos, fertilizantes, defensivos, sementes e todo produtor de insumos embute o risco. É o risco de quê? Da falta de seguro. Portanto, a idéia dele, o que tem de diferente, é que esses produtores de insumos...

Parece-me que a Senadora Kátia ainda não entendeu integralmente, e, quando ela e a Drª Rose entenderem, acho que nós dirimimos as dúvidas remanescentes entre as duas ideias.

Se for possível transferir esse custo, que é o custo do risco que está embutido no preço dos insumos e que defende aquele produtor de insumos de eventuais riscos, para um esquema geral, abrangente, esse custo se mantém e, portanto, não há transferência para aumento de preços, porque ele já existia.

É aí que entra a complexidade do processo, que é de difícil entendimento. Mesmo que não houvesse esse custo de risco embutido nos insumos, o mecanismo econômico é complexo. É como se eu estivesse falando para o senhor sobre eu criar um imposto indireto – imposto indireto é aquele imposto que incide sobre uma transação comercial, de compra e venda. Em um produto qualquer, em um produto agrícola ou em um produto do insumo agrícola, se eu impusesse um imposto indireto – e um já existe, ICMS – ou aumentasse a alíquota de um imposto indireto, faria uma pergunta: esse custo, o aumento, vai para o produtor de insumo ou vai para o consumidor que compra? Esse é um mecanismo muito complexo em economia e chama-se incidência. Aumenta o preço ou reduz o custo? Ou quem está produzindo assume essa diferença? Isso é complexo, depende da elasticidade de preço, de demanda, de oferta. É um negócio complexo, que o cidadão normal não tem obrigação de entender e não vai entender; nem os economistas entendem isso direito.

Eu acho que incidir um aumento de custo, em termos de prêmio, mesmo que não houvesse esse custo já embutido no preço dos insumos, se não houvesse custo nenhum, eu perguntaria: se aumentarem 3% no custo do insumo, qual vai ser o resultado disso? Passa para o preço final ou fica com o agricultor? Esse mecanismo pouca gente conhece e depende de várias coisas. Mas esqueça isso e lembre-se de que já existe, porque o produtor do insumo embute 3%.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. ANTONIO LICIO – É claro, ao final, o mercado – aí, sim – vai fazer com que esses 3% desapareçam da fatura dele, para níveis de custo e vai ficar o mesmo preço do insumo. Você entende? É difícil. É um mecanismo complicado do ponto de vista econômico.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Mas ficou muito claro para nós.

O SR. ANTONIO LICIO – Então, desculpe se eu entrei em uma área um pouco complexa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Não, mas foi importante e deixou claro para nós todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A gente está conversando no dia a dia, mas é um raciocínio, Sr. Presidente, diferente. Quer dizer, considerar que uma safra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– É diferente o olhar, o fato é o mesmo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, o raciocínio é diferente. Diferente, porque, se você considerar que você tem uma safra 100% segurada, você tem que considerar que o Tesouro, o Governo Federal, mesmo que ele venha a aumentar a participação dele, dar dinheiro para diminuir o prêmio, ele, talvez, vá ter o lucro, porque vai deixar de ressarcir, ele vai deixar de ter que equalizar juros. É esse o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Sim, é esse o raciocínio que todos nós estamos falando por olhares diferentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – De 11% já chegamos a 5,25%, por quê? Porque houve uma organização. De tudo que eu vi, se houver organização, estatística, um relatório mostrando a produtividade e acrescer a isso uma safra 100% segurada, isso vai diminuir o custo do Tesouro. Pode chegar o momento – pode ser utópico o que eu estou dizendo – em que o Governo não precise nem colocar recurso, porque esse sistema será capaz de funcionar com os recursos das próprias parcerias.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Sem dúvida.

Bom, para as considerações finais, o Dr. Gláucio Toyama.

Estou indo daqui para lá, e o Gláucio está na frente aqui, do meu lado direito.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – Obrigado.

Eu acho que só para a próxima reunião, os Senadores deveriam ter uma profunda análise do modelo de seguro agrícola no Brasil. Há algumas análises que têm algumas imperfeições na análise total dos produtos que há no mercado.

Eu acho que vale também um segundo ponto: é a análise entre o programa do Proagro *versus* o seguro privado. A gente tem uma concorrência



imediata pelo mesmo perfil de produtores e duas ferramentas de governo, seja ela a subvenção e o Proagro, competindo pelo mesmo cliente final lá na ponta. Então existe uma desorganização na utilização do sistema das ferramentas do Governo para chegar ao campo. Então o Proagro *versus* subvenção federal deve ser analisado com profundidade.

E o terceiro ponto que eu gostaria de colocar para a análise dos senhores seria que, a partir de 1º de julho do ano que vem, de 2014, como o Dr. Gallassini disse, será obrigatória a contratação de Proagro ou seguro privado para as operações de crédito rural. Isso faz com que todo o programa de Proagro mais o seguro privado, que gera em torno de R\$10 bilhões a R\$20 bilhões, vai dar um salto de múltiplos de proteção para R\$100 a R\$150 bilhões de proteção. Então a gente está discutindo hoje muito fortemente no mercado segurador, seguradoras e seguradores, qual a resposta que nós vamos dar no ano que vem para atender uma demanda do Governo instalada a partir deste ano para essa obrigatoriedade de crédito rural. Vale a pena uma profundidade na análise do que está acontecendo. Não é um propósito simplesmente de subvenção; é uma reorganização como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Muito obrigado, Dr. Gláucio.

Drª Rosemeire Cristina dos Santos, por gentileza.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Dr. Licio, nós entendemos a sua proposta. Nós entendemos que a indústria quer abrir mão dos seus 3%, 2% ou 1% de risco que ela coloca na precificação do produto.

E vou repetir uma coisa que eu já falei: a demanda para segurar a área toda brasileira é de 5,2 bilhões, sendo que 2,6 bilhões são do produtor. Se a indústria quiser pagar parte desse recurso, não há problema nenhum. O que nós não podemos é abrir mão de um programa que hoje beneficia os produtores.

Se a CNA existe para defender o produtor, defender os seus interesses, e hoje há um programa que bem ou mal, com confiança ou sem confiança no Governo, beneficia os produtores, nós não podemos abrir mão. Pelo contrário, nós temos que procurar melhorá-lo, nós temos que contribuir para que ele cresça, que ele melhore, que ele atenda mais, que custe menos para o produtor, que melhore para a seguradora e que custe menos para o Governo também.

Agora, se a indústria está disposta a pagar parte desse custo, tudo bem, não há problema. Agora, o que nós não podemos é abrir mão de benefícios que o produtor hoje tem. O seguro hoje é uma boa opção para o produtor. Tem seus problemas? Tem, e nós reconhecemos. Tem problemas com o Governo? Tem, mas nós não podemos desacreditar que podemos melhorar esse programa. Agora, se a indústria vem para ajudar, para beneficiar, é mais um, é bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO)
– Obrigado, Drª Rosemeire.



Passo a palavra agora ao Cesário, que é Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

O SR. CESÁRIO RAMALHO DA SILVA – Senador Acir, eu queria mais uma vez agradecer o convite para estar aqui e parabenizar o Senado Federal, o Senador Rollemberg, que teve a iniciativa de convocar esta reunião. Foi uma grande oportunidade que tivemos de debater. Acho que um dos melhores debates que nós já tivemos, Senador Moka, sobre essa questão do seguro talvez tenha sido hoje mesmo

Nós estamos batalhando isso faz tempo, sabe? Eu com o Paolinelli, nós inauguramos esses debates ano passado, quando eu cheguei de Chicago, visitando o fracasso das lavouras americanas em agosto do ano passado, exatamente há um ano. Então evoluiu, assim como a CNA, a Abramilho e o Ministro Paolinelli evoluiu. Eu acho que a gente chegou aqui com vocês num momento excelente para nós debatermos.

Eu queria aqui parabenizar também e fiquei muito feliz de ver aqui o Senador Delcídio – sou meio mato-grossense do sul também, lá de Naviraí –, da Base do Governo, falar de forma descomprometida, descontraída, que isso cabe à iniciativa privada.

Nessa questão do seguro, a amarração do seguro é do Governo. O Governo não cumpriu ainda o pagamento da safra 2011/2012, e vamos ter problemas para cumprir a de 2013. Estamos com 28% de cortes no orçamento da Embrapa, temos cortes no orçamento do Ministério da Agricultura; isso tudo vai gerar impacto.

Então, eu e a minha entidade, nos seus 100 anos de história, trabalhamos pela iniciativa privada, pela liberdade de aplicação das coisas. Como bem disse o Senador, o Governo é para problemas sociais. Nós, com certeza, vamos baixar o custo dos juros e vamos ampliar o volume de aplicação dos recursos, que são fartos no mundo. O que mais há no mundo é recurso, em todos os cantos, em todos os lugares. Acho que o agricultor atingiu um patamar de sucesso e de organização, de empreendedorismo que permite a ele ir a várias e várias entidades e a vários segmentos de fornecedores de capital. O que nos falta é exatamente o seguro, porque o que os próprios bancos querem para ir à lavoura é conforto, que significa segurança, o que falta no Brasil, infelizmente.

Senadora Ana Amélia, como a Senhora saiu, esclareço que falei sobre os produtores do Rio Grande do Sul do ano passado. Não podemos, por termos uma baita safra extraordinária este ano, esconder que no ano passado vários agricultores do Rio Grande do Sul perderam 100% de suas safras. Cem por cento de suas safras! Quer dizer, como é que vai repor isso? Como vai repor isso? Não repõe nunca mais. Então, o seguro é uma necessidade e está principalmente na mão de vocês, porque é uma questão, Senador, política para resolvermos.

Saio daqui, como agricultor, um pouco mais contente, um pouco mais estimulado para os meus trabalhos. Parabenizo, mais uma vez, a todos e



agradeço imensamente a oportunidade de ter trazido essa excelência a Coamo, à CNA, ao Ministro Paolinelli, à MAPFRE e a todos neste debate. Muito obrigado e parabéns a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós que agradecemos a sua presença, Dr. Cesário, neste debate.

De fato, entendemos que foi um excelente debate. Entendo também que temos de ter um resultado prático disso, Senador Moka. Por isso, já pedi à nossa assessoria para que faça uma nota técnica sobre esse assunto para discuti-la na próxima semana ou na outra, mas que tenhamos um resultado prático desta audiência pública e possamos dar uma sugestão ao Governo em função daquilo que ouvimos aqui tanto da Abramilho, do Diretor da Sociedade Rural, da CNA e também dos Senadores. Que façamos, então, uma discussão ampla. Na próxima reunião da nossa Comissão eu faço questão de trazê-la.

José Luiz, por favor, providencie-a. Entre em contato com a Rosemeire, com o Lício e com os demais membros desta audiência, para que a gente possa trazer um documento sucinto para apresentarmos como sugestão ao Governo, assim como entendemos que deva ser o final de uma audiência pública tão importante como a que tivemos hoje pela manhã, nesta quinta-feira, na Comissão de Agricultura.

Lembro que amanhã à tarde, sexta-feira, nós teremos um debate sobre estradas vicinais. Nós estamos lançando ou provocando o Governo a lançar um programa sobre estradas vicinais brasileiras, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Senador Delcídio do Amaral. Colocamos na LDO uma rubrica para nós atendermos os nossos Municípios com relação à melhoria das estradas vicinais, com o asfaltamento das estradas vicinais. É um trabalho longo que teremos pela frente, mas, se não começarmos com planejamento, com projeto, nós nunca chegaremos a ter esse programa ampliado no Brasil inteiro. Vamos colocar no Orçamento, vamos fazer o trabalho que tem de ser feito para que, no ano que vem, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, possam os nossos Parlamentares colocar emendas para essa rubrica e melhorar as estradas vicinais.

Portanto, amanhã, às 14 horas, haverá esta audiência pública aqui no Senado Federal, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais técnicos, para discutir e debater esse tema também, que eu entendo que é da maior importância para todo o País, mas especialmente para o nosso Estado de Rondônia, que é um Estado jovem e que está crescendo, como disse o Senador.

Os Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso crescem acima da média brasileira. O Estado do Rondônia cresce acima da média brasileira e, acima, também, dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, porque já tiveram um crescimento acelerado no passado. Mas, hoje, neste momento, o Estado de Rondônia cresce com uma média acima, porque é um Estado jovem, tem tudo para se fazer, e os rondonienses estão trabalhando



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 56

CRA (20ª Reunião Extraordinária)

05/09/2013

muito, principalmente com relação à produção agrícola no nosso Estado de Rondônia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a nossa audiência pública, agradecendo aos nossos participantes.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, suspensa às 8 horas e 32 minutos e reaberta às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)